



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

SILVIA ADRIANA DIAS SANTANA

**VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E O HIP HOP DE
SALVADOR: O PROTAGONISMO FEMININO NO ENFRENTAMENTO
A VIOLÊNCIA.**

SALVADOR

2021

SILVIA ADRIANA DIAS SANTANA

**VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E O HIP HOP DE
SALVADOR: O PROTAGONISMO FEMININO NO ENFRENTAMENTO
A VIOLÊNCIA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Msc^a Caroline Ramos do Carmo Souza

SALVADOR

2021

SILVIA ADRIANA DIAS SANTANA

**VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E O HIP HOP DE SALVADOR:
O PROTAGONISMO FEMININO NO ENFRENTAMENTO A
VIOLÊNCIA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Msc^a Caroline Ramos do Carmo Souza

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Msc^a Caroline Ramos do Carmo Souza

Prof(a). Msc^a Ivone Pires Ferreira de Oliveira

Prof(a). Msc^a Liane Monteiro S. Amaral

Salvador, 18 de dezembro de 2021.

Dedico esta monografia, primeiramente à minha mãe, Dona Vanda Dias Santana, a meu pai, Oscar Santana (que não estão mais entre nós), luz em minha vida; as minhas irmãs, Sara, Solange, Sueli e Joanice, que eu amo de graça; ao meu companheiro, poeta, ativista social, e historiador, Paulo Vendaval, que é minha referência. Ao Movimento Hip Hop de Salvador, e a todas as mulheres “arretadas”, que fazem e fizeram parte dele.

AGRADECIMENTOS

Aos meus Òrìṣàs e a minha ancestralidade viva,
que me guia em cada esquina onde eu pise ou vá.
A minha mãe Vanda Dias, meu pai Oscar Santana,
e minha irmã Solange Santana, que me deram um lar.

Ao meu companheiro Paulo Vendaval, que me ajudou muito até aqui,
que me motivava, ouvia minhas angústias, quando eu pensava em desistir.
Que cuidava de mim, e me apoiou no meu processo da escrita pela madrugada,
gratidão por ter me incentivado, você é uma referência para mim. Obrigada!

A Prof.^a. Caroline Ramos do Carmo Souza, que com todo carinho e simplicidade,
e competência profissional, me orientou durante esse processo, com sororidade.
As professoras e professores, que fizeram uma diferença enorme em minha vida,
agradeço pelo incentivo e pela minha formação, viva!

As minhas amigas do curso de Serviço Social, Claudimeire Reis e Tais Silva,
que tive a sorte de conhecer, e as levarei por toda a vida.

Aos amigxs do meu antigo trabalho, Athaise Lima, Wesley Teixeira
Solange Souza, Luana Andrade, Antônio Carlos e Ivan Ferreira,
que acompanharam minhas agonias, e me deram forças para não desistir,
pois sempre me disseram que o melhor estaria por vir.

A Lázaro Erê (Grupo Opanijé), por ter me apresentado ao Hip Hop,
pois, graças a esse movimento, me tornei a ativista que eu sou.
As mulheres do Movimento e cultura Hip Hop de Salvador/BA,
porque sem elas, eu não teria conseguido terminar minha pesquisa.

Por fim, agradeço a mim, Silvia Santana, por ter vencido mais uma batalha, pois a
Graduação foi só o começo!

*“Colé! Tapa na cara não é forma de carinho
Me trate assim que eu mudo da água para o vinho
Sexo frágil é coisa só da sua cabeça
Fizemos revolução, ontem, hoje, não esqueça!*

Mulheres, negras, mulheres. Revolução!!!!!!

*A coragem de Winie Mandela mora em mim
Bem como a resignação de Luiza Mahin
Enquanto houver Evaristos, Silvias e Clementinas
Haverá por quem lutar pela glória feminina
Conhecemos a história dessas mulheres diariamente
E nem se vocês quiserem, vão dominar a nossa mente.*

*Aceite a verdade, pois ela está em sua cara
Não somos objetos simples alvos da sua tara
Espaço e independência, conquistado com resistência
Quem ontem nos maltratou vai ter que pagar penitência.*

*Terão que nos ver:
Exaltadas, aclamadas e homenageadas
Saindo dessa posição de coitada
Temos orgulho do que somos e seremos ainda mais
Nos matam, mas não matam nossos ideais.”*

(Letra “Nossos Ideais”, de Sil Kaiala)

RESUMO:

O presente trabalho é resultado de uma investigação e reflexão acerca da atuação de mulheres do movimento e cultura Hip Hop da cidade de Salvador, em que analiso e busco saber como essas agentes sociais se articulam, individual e coletivamente, dentro desse movimento sociocultural, no intuito de verificar se suas ações e atividades, e uso dos quatro elementos e expressões do Hip Hop constituem formas de enfrentamento a violência contra as mulheres. Essa proposta se desenvolve a partir de minhas experiências com as atividades realizadas e vivenciadas no período de estágio supervisionado e de minha atuação e participação no movimento e cultura Hip Hop, em que mulheres empreendem lutas e estratégias de enfrentamento ao machismo e a violência contra as mulheres. Assim, é com esse cruzamento de experiências, somadas aos estudos prévios e leituras dos dados sobre a violência contra as mulheres que surge meu questionamento, como problema de pesquisa: as atuações das mulheres do movimento e cultura Hip Hop de Salvador, através de seus elementos artísticos, podem constituir formas de enfrentamento à violência contra as mulheres? Para isso, a pesquisa se desenvolveu tendo como método de análise o materialismo dialético de Marx, que compreende os fenômenos sociais e históricos como processos produzidos pelos sujeitos ativos. A proposta levantou e analisou obras bibliográficas, dados, materiais digitais e impressos (textos, notícias, etc.), fotográficos, produções audiovisuais, que abordam ou tenham relação com o tema violência contra a mulher e cultura Hip Hop, além de machismo, sexismo e feminismo. Assim, partindo de uma discussão teórico-conceitual sobre violência contra as mulheres, seus contextos e processos históricos e desdobramentos nas desigualdades de gênero e raça, perpassando pelo desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento e contribuição dos movimentos sociais feministas, em especial o movimento de mulheres do Hip Hop, busco saber se uso de seus elementos e expressões artísticas constituem-se como instrumentos de luta.

Palavras-chave: Violência. Violência contra as mulheres. Hip Hop. Enfrentamento.

ABSTRACT

The present work is the result of an investigation and reflection on the performance of women from the Hip Hop movement and culture in the city of Salvador, in which I analyze and seek to know how these social agents articulate, individually and collectively, within this sociocultural movement, in order to verify if their actions and activities, and use of the four elements and expressions of Hip Hop constitute ways of confronting violence against women. This proposal is developed from my experiences with the activities carried out and lived during the supervised internship period and from my performance and participation in the Hip Hop movement and culture, in which women undertake struggles and strategies to face machismo and violence against women. Thus, it is with this intersection of experiences, added to previous studies and readings of data on violence against women that my question arises, as a research problem: the performances of women in the Hip Hop movement and culture of Salvador, through its elements artistic, can they constitute ways of confronting violence against women? For this, the research was developed using Marx's dialectical materialism as a method of analysis, which understands social and historical phenomena as processes produced by active subjects. The proposal raised and analyzed bibliographic works, data, digital and printed materials (texts, news, etc.), photographic, audiovisual productions, which address or are related to the topic of violence against women and Hip Hop culture, in addition to machismo, sexism and feminism. Thus, starting from a theoretical-conceptual discussion about violence against women, its contexts and historical processes and developments in gender and racial inequalities, passing through the development of public policies to face and contribution of feminist social movements, especially the women's movement of Hip Hop, I seek to know if the use of its elements and artistic expressions are instruments of struggle.

Keywords: Violence. Violence against women. Hip Hop. Confrontation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.....	43
Figura 2.....	45
Figura 3.....	45
Figura 4.....	46
Figura 5.....	52
Figura 6.....	55
Figura 7.....	60
Figura 8.....	61
Figura 9.....	67
Figura 10.....	71
Figura 11.....	72
Figura 12.....	75
Figura 13.....	81
Figura 14.....	83
Figura 15.....	88
Figura 16.....	91
Figura 17.....	92
Figura 18.....	93

LISTA DE TABELA

Tabela 1

População de 10 anos ou mais de idade que foi vítima de agressão física, por sexo e raça/cor do agredido, Brasil 2009.....43

LISTA DE SIGLAS

CAMA	Centro de Artes e Meio Ambiente
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CESE	Centro de Estudos e Serviços Ecumênicos
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRIA	Centro de Referência Integral de Adolescentes
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FNMH2	Frente Nacional de Mulheres do Hip-Hop Bahia
FUNCEB	Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia
MH2O	Movimentos Hip Hop Organizado
MIAC	Movimento Artístico Cultural Pela Cidadania
MNU	Movimento Negro Unificado
NPJ	Núcleo de Práticas Jurídicas
ONGs	Organizações não Governamentais
PCE	Posse Conscientização e Expressão
PNPM	Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres
SAJS	Serviço de Assistência Jurídica e Social
TCC	Trabalho de conclusão de curso
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEGRO	União de Negros Pela Igualdade

VOCABULÁRIO DO UNIVERSO HIP HOP

B-boy – garoto que dança break

B-girl – garota que dança break

Break/Breaking – Tipos de danças da cultura Hip Hop

DJ – Disk Jockey (Tocador de Discos), quem embala festas usando aparelhos de disco, realizando mixagens e scratch

Fanzine – material jornalístico informal que viabiliza a divulgação de informações, neste caso, do movimento

Grafite/ Graffiti – artes plásticas do Hip Hop, a pintura nos muros das cidades

Grafiteira/o – pessoa que trabalha com as artes plásticas do Hip Hop

Hip Hop – traduzido do inglês para o português significaria a união entre o balançar os quadris (Hip) e o salto (Hop)

Mano – Homem

Mc – mestre de cerimônia responsável pelo beat, e quem canta e/ou improvisa as letras de Rap.

Mina - Mulher

Pick up – é a aparelhagem do/s toca-disco/s trabalhando com as batidas e os efeitos na música através de técnicas como o scratch

Posse – Organização ou grupo local de articulações do Hip Hop

Rap – a música; Ritmo e Poesia, o canto falado, acompanhado

Rapper – garota ou garoto que compõe/ canta Rap

Scratch – quando o vinil é tocado no sentido anti-horário através dos riscos no toca-discos, tratado enquanto instrumento musical, destacando partes escolhidas das canções

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA: PROCESSOS HISTÓRICOS E ENFRENTAMENTO NO BRASIL.....	20
2.1. PROCESSOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: PATRIARCADO, MACHISMO E RACISMO.....	21
2.2. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA NO CONTEXTO BRASILEIRO: PRESENÇA MARCANTE NOS DADOS E ESTATÍSTICAS.....	32
2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS, A REDE DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	48
3. O HIP HOP: ENTRE OS QUATRO ELEMENTOS EM UMA CIDADE CHAMADA SALVADOR.....	59
3.1. LUGAR DAS “MINAS” É TAMBÉM NO HIP HOP! A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM SALVADOR/BAHIA.....	68
3.2. “LINDAS YABÁS”: TRAJETÓRIAS, MOTIVAÇÕES E ATUAÇÕES DENTRO DO MOVIMENTO HIP HOP.....	74
4. “GUERREIRAS DE SI MESMAS, MULHERES DESTEMIDAS”: O HIP HOP ENQUANTO MECANISMO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	97

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da minha formação no curso de graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), me deparei com temáticas e problemáticas diversas, que me tomaram a atenção e interesse de investigação, por vezes algumas se conectavam e me convenciam de que há muitas questões a serem pesquisadas pela/o assistente social. Porém, em minhas experiências com as atividades realizadas e vivenciadas no período de estágio supervisionado, na própria UCSAL, no Serviço de Assistência Jurídica e Social (SAJS), instalado dentro do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ/UCSAL), me provocaram a estudar sobre a Violência Contra as Mulheres.

O SAJS tinha o papel de traçar estratégias de inclusão social que pudessem contribuir com a valorização, o reconhecimento e o resgate dos direitos e deveres, auxiliando a prestação da assistência jurídica e social, à população de baixa renda que necessitam dos serviços do Núcleo.

O período de estágio se deu considerando três momentos: observação; desenvolvimento de projeto de intervenção; e atendimento ao público e execução do projeto de intervenção. No período de observação, as experiências se deram no NPJ, acompanhando os atendimentos às usuárias do serviço de atendimento jurídico; e no segundo e terceiro momento, foram respectivamente os períodos de desenvolvimento e execução do projeto de intervenção.

Durante os três momentos do estágio supervisionado, muitas usuárias do serviço relatavam abusos e violências sofridas dentro de casa, em sua maioria perpetradas pelos seus companheiros. Foi principalmente, durante os momentos de atendimento às usuárias, e de construção e execução de um projeto de intervenção, que os relatos mais me inquietaram. Foram momentos que me deixaram muito reflexiva e que me lembraram momentos e vivências anteriores à universidade.

Ouvir aquelas mulheres relatando abusos e violências me recordaram experiências pessoais de violência, e de pessoas próximas a mim, que sofreram com essa questão, mas também me resgataram memórias de experiências em movimentos socioculturais que sempre fiz parte, e que pautavam a temática da violência e dominação masculina, de forma bastante potente e articulada, a exemplo

da atuação de mulheres do movimento e cultura Hip Hop da cidade de Salvador, o qual faço parte desde o início dos anos 2000.

Ingressei no movimento e cultura Hip Hop exatamente no ano 2000, e naquele período me incomodava a predominância de homens em suas expressões artísticas, principalmente a forma como eles tratavam nós mulheres. Sendo o Hip Hop um movimento e cultura produzida e praticada por sujeitos sociais e históricos, é óbvio que se trata também de um reflexo de nossa sociedade marcada pelo patriarcado, sexismo e machismo, e como tal, reproduzem normas, pensamentos e a cultura de controle das vidas e dos corpos femininos.

Foi nesse movimento sociocultural que percebi, pela primeira vez, que as mulheres que quebram as normas ditas “naturais” e sociais, que estabelecem quais são os respectivos lugares do homem e das mulheres, são expostas ao julgamento da sociedade e, se reagem, podem sofrer sérias consequências, em que a violência é sua maior manifestação. Mas, foi também nesse movimento que vi mulheres se articulando, individual e coletivamente, para garantir e reafirmar o seu direito de estar nesses espaços, empreendendo lutas e estratégias de sobrevivência e enfrentamento.

É com o cruzamento dessas experiências no NPJ e de minha atuação e vivência no movimento e cultura Hip Hop, somadas aos estudos prévios e leituras dos dados sobre a violência contra as mulheres, a exemplo do Atlas da Violência (2019), que aponta um aumento de 20,7% na taxa nacional de “homicídios” de mulheres no Brasil, entre anos de 2007 e 2017, que surge o questionamento, como problema de pesquisa: as atuações das mulheres do movimento e cultura Hip Hop de Salvador, através de seus elementos artísticos, podem constituir formas de enfrentamento à violência contra as mulheres?

Diante dessas reflexões sobre a temática “Violência contra as mulheres”, e da pergunta central que as experiências me provocaram, me dediquei a investigar as mulheres do Hip Hop da cidade de Salvador, no intuito de saber se as suas atuações com os elementos artísticos desse movimento sociocultural, constituem enfrentamento a violência contra as mulheres.

No decorrer da pesquisa, busquei alcançar alguns objetivos específicos que puderam me levar à uma resposta diante do questionamento levantado, a saber: I. discorrer sobre os processos históricos, o conceito e as tipologias de violência,

enfocando a violência contra a mulher e sua relação com a questão social¹; II. analisar as origens históricas, sociais e políticas do movimento Hip Hop, além de seus elementos e as representações femininas no mundo, no Brasil e, principalmente, em Salvador (Ba); e III. identificar como as trajetórias e atuações das mulheres pertencentes ao movimento Hip-Hop podem contribuir para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Quanto à metodologia, a investigação situa-se na área do Serviço social e no campo da cultura, gênero e suas expressões, mantendo interface com processos de violência contra a mulher, entendendo esta violência como uma manifestação da questão social. Trata-se, pois, de um campo intrinsecamente ligado ao objeto de estudo do serviço social.

Esta pesquisa se desenvolveu tendo como método de análise o materialismo dialético de Marx, que compreende os fenômenos sociais e históricos como processos produzidos pelos sujeitos ativos. Concebe a consciência humana e suas ações ou trabalho, além de sua relação e interação com o meio social - no intuito de impulsionar mudanças - produzem os fenômenos históricos e sociais (NETTO, 2011; MINAYO, 2002).

(...) o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. (MINAYO, 2002, p. 25).

É nessa perspectiva que a pesquisa analisou as atuações, relações e interações das mulheres que fizeram e fazem parte do movimento e cultura Hip Hop de Salvador/Ba, compreendendo-as como agentes sociais ativas em busca de mudanças de suas condições sociais, buscando observar, identificar e entender como essas mulheres se relacionam com a questão social estudada.

Quanto ao tipo de pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2002), se preocupa e se dedica com questões e realidades que não podem ser quantificadas, ou seja, esta abordagem “se aprofunda no mundo dos significados”, buscando expor e interpretar essas realidades de forma

¹Segundo Iamamoto (2005, p.27), Questão Social é o conjunto das expressões geradas pelas desigualdades sociais, impostas pela relação capital/ trabalho, que se manifesta também das formas de resistência e lutas da classe trabalhadora. A partir disso, considero aqui, a violência contra as mulheres uma dessas expressões que compõem a questão social.

contextualizada, além de se classificar como pesquisa exploratória-descritiva e explicativa. Nesse sentido, buscou-se, respectivamente, construir hipóteses, aprimorar ideias, descrever características e se aprofundar nos estudos das realidades do objeto e sujeitos observados, identificando os fatores e motivações que culminam no seu fenômeno (GIL, 2002, p. 41-43).

Quanto aos procedimentos técnicos, a proposta levantou e analisou obras bibliográficas, dados, materiais digitais e impressos (textos, notícias, etc.), fotográficos, produções audiovisuais, que abordam ou tenham relação com o tema violência contra a mulher e cultura Hip Hop, além de machismo, sexismo e feminismo, temáticas importantes para a compreensão dessa questão social.

Os sujeitos da pesquisa são mulheres, oriundas do movimento Hip-Hop da cidade de Salvador. A escolha por essas agentes se deu a partir das experiências, relações e vivências da pesquisadora com o movimento e cultura Hip Hop e seus sujeitos, além do conhecimento prévio de suas respectivas atuações.

Inicialmente a pesquisa seria desenvolvida presencialmente com as mulheres, e nas próprias comunidades periféricas do município de Salvador, áreas de atuação dessas agentes, porém, devido ao contexto atual de pandemia e isolamento social, tendo em vista a covid-19, provocada pelo novo coronavírus, foi preciso modificar os caminhos para a coleta dos dados e informações com os sujeitos da pesquisa e, que se deram através de coletas em plataformas digitais, incluindo as mídias e redes sociais.

No que se refere aos instrumentos, a pesquisa se desenvolveu através de análises de depoimentos e conversas já realizadas anteriormente e disponibilizadas por agentes e mulheres ligadas ao movimento e cultura Hip Hop que empreenderam entrevistas e estudos sobre suas trajetórias. Esses registros (em formatos variados) se encontram online (redes sociais, blogs, jornais, web sites, etc.) e pesquisas produzidas por algumas e alguns integrantes do próprio movimento e simpatizantes, tendo em vista que muitas das agentes mostraram dificuldades para garantir presença nos encontros e momentos de conversas com a pesquisadora, por falta de internet, por não possuir computador ou smartfone, por questões de saúde mental, etc.

Foram analisadas a trajetória de 05 (cinco) mulheres do movimento e cultura Hip Hop. Essa escolha se deu a partir de observações preliminares da pesquisadora e por sua vivência com o Hip Hop, algo que permitiu a identificação de uma

experiência, atuação e contribuição mais consistentes por partes dessas. Inicialmente seriam 10 (dez) agentes sociais, mas devido a pandemia e aos desencontros e dificuldades, optamos por trabalhar aquelas mais acessíveis.

Quanto ao tratamento e análise dos dados e informações, considerando os instrumentos de coleta, e seus formatos, buscou-se analisá-los de forma crítica e cautelosa, cruzando-os entre si, quando compatíveis e possíveis. Esses cruzamentos e análises foram complementados com fontes bibliográficas, buscando perceber alinhamentos e distanciamentos entre as informações coletadas e a literatura sobre as temáticas que as envolvem, além do que foi ou não veiculado em sites e portais de jornais oficiais e alternativos.

No processo de exposição de dados e elementos complementares ao texto, foram utilizados imagens, gráficos e tabelas para permitir uma visualização mais clara, além de estatísticas extraídas de outras pesquisas e estudos desenvolvidos por instituições diversas (oficiais e privados) e da própria pesquisadora.

Por fim, no intuito de entender o fenômeno da violência contra as mulheres e a contribuição das mulheres do Hip Hop para seu enfrentamento, esse trabalho monográfico apresenta a seguinte estrutura: introdução, seguida do segundo capítulo, que apresenta uma discussão teórica sobre os processos históricos da violência contra as mulheres, abordando a estrutura patriarcal, o racismo e o machismo como suas engrenagens culturais, para entendermos as desigualdades de gênero e raça como expressões primeiras e cruzadas dessa violência, para então compreender como se deu o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento do fenômeno da violência com a participação dos movimentos sociais feministas.

O terceiro capítulo apresenta a história e contexto do movimento e cultura hip hop, desde as influências culturais jamaicanas até seu desenvolvimento nos Estados Unidos, sua chegada no Brasil e na Bahia, especificamente em Salvador, para então conhecermos as trajetórias das mulheres desse movimento sociocultural em Salvador, suas atuações com os quatro elementos do Hip Hop;

No quarto capítulo se desdobra a atuação dessas agentes com foco na instrumentalização dos elementos artísticos do Hip Hop para a denúncia e enfrentamento da violência contra as mulheres, enquanto que na parte das

considerações finais apresenta-se alguns pontos que acredito serem importantes, e sugestões de uma possível articulação entre Hip-Hop e Serviço Social.

2. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA: PROCESSOS HISTÓRICOS E ENFRENTAMENTO NO BRASIL

A violência contra as mulheres tem sido uma problemática que cada vez mais preocupa e mobiliza ativistas, feministas e acadêmicas. Essa preocupação se intensifica ao passo que as discussões encontram questionamentos sobre as suas origens e os processos sócio -culturais que a legitima ou justifica. Porém, as práticas de violência contra as mulheres não são recentes.

No Brasil e no mundo, a violência contra as mulheres ainda é vista como um grave problema social que as afeta independente de sua cor, etnia/raça, classe social ou idade. Ela é reflexo de uma realidade histórica fundamentada nas desigualdades sociais, de classe, de gênero e de raça, eixos esses que se mostram interseccionalmente ligados entre si, e além disso, da relação de poder, onde o controle e o domínio fazem das mulheres reféns dos agressores. As desigualdades interseccionais de gênero mostram que, além de sofrerem violências físicas, as mulheres ainda são vistas e tratadas como seres inferiores e/ou mais frágeis, ou seja, aquelas que precisam de ajuda o tempo todo, ou de alguém para cuidá-las, e, portanto, não podem ter as mesmas garantias de direitos que os homens.

Izabele Balbinotti (2018), ancorada em estudos de Arendt (2009) e Guimarães e Pedrosa (2017), parece ir no mesmo sentido de discussão, ao afirmar que a violência contra as mulheres é uma expressão do poder, especificamente do patriarcado e do machismo e que isso significa que os “valores culturais machistas e patriarcais estruturantes estão associados à grave recorrência de violência contra as mulheres e às sérias desigualdades de poder e de direitos enfrentados por elas”. Nesse sentido, podemos compreender que os processos históricos que forjaram as relações de poder e de desigualdades entre homens e mulheres, prejudicam o desenvolvimento da mulher. Para não haver dúvidas, essa manifestação de violência é fruto do machismo e do patriarcado, algo que é cultural e está enraizado na sociedade.

Essa ideia de supervalorização do homem em detrimento da mulher, trata-se de um fator de risco, já que muitos agressores passam a ter domínio sobre as vítimas, e as mulheres passam a ser subordinadas aos homens, ou seja, eles passam a ter “direito” sobre o corpo das mulheres, silenciando-as, como se as

mesmas fossem objeto sexual, meras reprodutoras, serviçais, ou submissas, e sem deixar que elas ocupem novos espaços. Isso mostra que até nos dias de hoje, a mulher está sujeita a condição de submissão.

Para Cíntia Liara Engel (2020, p. 159), a violência contra a mulher é um dos maiores obstáculos para a garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de meninas e mulheres, independentemente se é “perpetrada” pelo Estado ou “tolerada” por ele, e se ocorre em âmbito familiar ou comunitário. Nessa perspectiva, a autora, citando um texto da Plataforma Beijing (1995), chama a atenção para o fato de que essa realidade violenta, além de discriminatória, já era compartilhada por várias mulheres do mundo e que as atrapalhavam em todas as suas fases da vida, comprometendo o pleno desenvolvimento de meninas, de mulheres adultas, até o envelhecimento.

Neste capítulo, analisarei como a desigualdade entre homens e mulheres se desenvolveu durante a história, criando uma estrutura de dominação e de pensamentos como o patriarcado, o machismo e o racismo, que produziram diversas formas de violência contra as mulheres.

2.1. PROCESSOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: PATRIARCADO, MACHISMO E RACISMO

Na Antiguidade, a relação entre homens e a mulheres, eram construídas socialmente e culturalmente a partir de uma relação saudável, onde não se tinha a dominação e a submissão. Nesse tipo de relação, segundo Muraro,

O masculino e o feminino governavam juntos. Havia divisão de trabalho entre os sexos, mas não desigualdade. Enquanto as sociedades eram de coleta, as mulheres ocupavam um papel primordial para viabilizar a sobrevivência da espécie em condições hostis. Não havia coerção ou centralização, mas um rodízio de lideranças entre homens e mulheres. (MURARO, 2015 apud BALBINOTTI, 2018. p. 240-241).

A partir dessa reflexão inicial, podemos dizer que homens e mulheres viviam um tipo de harmonia, ou equilíbrio e que a mulher não pertencia ao marido, ambos conviviam em parceria. Além disso, a autora em questão destaca que essa representação feminina era considerada um ser sagrado, pelo fato de ter o dom da

vida, acreditavam que seu poder influenciava na fertilidade dos campos. Outras questões apontadas dizem respeito a sua importância na sociedade por causa da sua condição de cuidadora e de sua experiência em passar para o grupo hábitos culturais da coletividade, além de religiosos.

Segundo Rose Muraro (2015 apud BALBINOTTI, 2018), nesses tipos de experiências tradicionais, as comunidades eram distintas entre si, e, em algumas existiam competitividade por territórios. Com a escassez da coleta, da caça e dos recursos naturais, passaram a ocorrer guerras constantes, homens se tornaram guerreiros, e o mais forte da comunidade era considerado um ser supremo, dando os primeiros passos para uma sociedade onde homens e mulheres não vivessem mais em harmonia, desencadeando assim um tipo de separação de gênero. Muraro destaca também que nessas sociedades de caça e de coleta, a desigualdade entre homem e mulher vai se mostrar presente ao passo que o sujeito masculino compreendeu que ele também fazia parte do processo de procriação da espécie, e começa a buscar o controle sobre o corpo da mulher e de sua sexualidade.

Nesse mesmo período, com a escassez agrária e o surgimento do arado, o ser humano deixa de viver como nômade para passar a se fixar na terra, construindo outros tipos de comunidades, surgindo as primeiras aldeias, posteriormente, as primeiras cidades, depois as primeiras Cidades-Estados, primeiros Estados, e depois os primeiros impérios. Esse processo por sua vez transforma as sociedades antes matricêntricas em sociedades *patriarcais*, esta segunda baseada numa supremacia da figura do homem “pai” nas relações sociais.

Segundo Martha Narvaz e Sílvia Koller (2006), já na Roma Antiga, o homem era a figura central, e a mulher era colocada em papéis secundários. Este homem romano era o patriarca e tinha o controle sobre a mulher, os filhos, os vassalos e escravos, tendo inclusive o direito de vida e de morte sobre esses sujeitos subordinados a ele. No caso dos filhos, esse poder detinha o direito também de rebaixar o filho a status de escravo, além desse controle durar até a morte do patriarca.

De acordo com Losandro Tedeschi (2012), nas sociedades greco-romanas, havia um processo de legitimar a inferioridade da mulher. Essa posição de inferioridade, dada às mulheres, era vista como algo “natural” aos papéis femininos, “próprio” que significa ser mulher. Com base na construção histórico-filosófica dessa época, existiam diferenças quanto à habilidade para exercer determinadas funções.

Os espaços sociais que demarcam o papel da mulher estavam ligados à maternidade e aos afazeres domésticos e os homens estavam ligados à vida pública. Ainda para o autor supracitado acima,

A argumentação que usa a “natureza” para justificar a divisão sexual do trabalho traz implícita uma diferenciação que está na formação cultural de homens e mulheres, nas representações, nas imagens que se fazem do masculino e do feminino, está ligada aos afazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto que aos homens são destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas, as do/ no espaço público. (TEDESCHI, 2012, p. 29).

Na idade média, as mulheres eram vistas pela sua sensualidade, entendida como manipuladora da beleza, e como uma ameaça aos homens. Nessa época, muitas mulheres também eram vistas tendo acesso às artes, às ciências e à literatura, muitas delas eram curandeiras, usavam ervas para curas, além de parteiras populares. Com o apoio da igreja católica e protestante, chega à inquisição, e muitas delas foram queimadas na fogueira como bruxas, sendo acusadas e condenadas à morte. (MURARO, 2015 apud BALBINOTTI, 2018). Esses comportamentos dominantes e o controle sobre o corpo e a sexualidade da mulher, levaram muitas mulheres a se rebelarem contra o domínio opressor vindo dos homens e das igrejas, muitas delas pagaram com suas próprias vidas.

Essa realidade pouco mudou nos dias atuais, pois muitas sociedades de hoje, se não todas, têm o homem como o centro das relações sociais e de trabalho. Nesse sentido, é comum encontrar pessoas que conservam a ideia de que este sujeito masculino é superior à figura do feminino, e, portanto, é natural que esse homem assuma um papel principal nas relações. Naturaliza-se a posição do masculino como o chefe de família, o encarregado ou mestre de obra, o diretor de empresa, o sujeito melhor capacitado para assumir as funções dirigentes da vida pública e privada. Esse tipo de pensamento, cria ambiente fértil para privilégios masculinos e de desvantagens para as mulheres.

Tal pensamento, legitima a dominação masculina e submissão feminina, fazendo-se crer que a mulher deve respeito e obediência ao homem, além de pôr limites aos papéis e atuações das mulheres. Essa dinâmica de organizar as sociedades atuais, produz certos papéis sociais e os atribuem aos sexos, construindo, as identidades tanto do homem, quanto da mulher (SAFFIOTI, 1987).

Para Heleieth Saffioti (1987), essa construção histórica dá à mulher, e ao homem, papéis distintos. A identidade social que se forma delimita quais os campos, e atividades que são destinadas à mulher e ao homem, reservando os papéis subalternos e submissos para as mulheres. A autora traz como exemplo a divisão de responsabilidades para com a criação dos filhos, historicamente atribuída às mulheres. Mesmo quando a mulher exerce atividades remuneradas, cabe a ela, quando retornar ao lar, cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos e ainda prepará-los para a vida adulta.

Ainda segundo Saffioti (1987), em algumas sociedades que vivenciaram as guerras, em tempos e espaços variados, as mulheres chegaram a substituir os homens, quando esses foram convocados para batalhas militares. Isso ocorria num cenário em que ao mesmo que um país estava em guerra, com a figura masculina servindo as forças militares, também se tinha escassez de mão de obra, já que muitas profissões somente eram exercidas por homens. Apesar disso, existiam pequenas exceções, como relatado pela autora, que evidencia que houve a participação efetiva de mulheres em tropas regulares, a exemplo da Nicarágua, na guerrilha dos anos de 1970. As mulheres participaram tanto durante a revolução, como após o seu triunfo, ocupando cargos de comandantes das tropas e não só apenas em patentes mais baixas.

Considerando essas explicações e reflexões, a espécie humana nasce macho ou fêmea e só se tornam homens e mulheres quando recebem uma educação baseada nas experiências históricas, culturais e sociais de uma dada sociedade, localizada em um espaço geográfico específico e por um determinado tempo.

A história mostra que a desvalorização da mulher, as opressões e os privilégios do homem no passado, foram marcados por um sistema e ordem de tipo patriarcal, que pode ser visto nos tempos atuais. A manutenção desse sistema pode acirrar bastante os conflitos de gênero e endossar desigualdades entre homens e mulheres. O sistema patriarcal pode ser visto em diferentes sociedades e culturas, e tem várias características que se baseiam no autoritarismo do homem em ambientes familiares, como pai e marido, na política, na natureza e na cultura em geral. Sobre isso, Saffioti (2004) destaca que essas relações patriarcais, ao exercer o poder e suas hierarquias, prejudicam toda a sociedade, pois esse sistema patriarcal não abrange só a sociedade civil, mas também interfere no estado.

Para Kate Millet e Joan Scott, mencionadas por Narvaz e Koller (2006), o *patriarcado* se configura como um sistema social onde as relações sociais são conduzidas por dois princípios fundamentais: O primeiro de que as mulheres, na hierarquia, estão submissas aos homens; e o segundo de que os jovens estão subordinados aos homens mais velhos.

Na sociedade patriarcal, as atividades das mulheres são menos valorizadas que a dos homens. A figura masculina detém praticamente o poder total sobre as relações sociais e familiares, eliminando qualquer possibilidade de autonomia das mulheres (SILVA, 2010 apud BALBINOTTI, 2018). Além disso, o casamento neste sistema social passa a ser monogâmico; as mulheres eram obrigadas a estarem virgens até o casamento; e eram retiradas da guarda do pai direto para a dominação de outro patriarca, dessa vez, o marido. (MURARO, 2015; NARVAZ & KOLLER, 2006 apud BALBINOTTI, 2018).

Já a autora Heleieth Saffioti, em sua obra, intitulada “Gênero, patriarcado, violência” (2004), o patriarcado ainda está presente nas sociedades contemporâneas, entendendo este como um fenômeno histórico, mas também cultural que legitima as desigualdades de gênero e impulsiona a cultura da violência contra às mulheres.

Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano de jure. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, espartilhando-as, atando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. O julgamento destes criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações - devassa é a mais comum - contra a assassinada. A vítima é transformada rapidamente em ré, procedimento este que consegue, muitas vezes, absolver o verdadeiro réu. (SAFFIOTI, 2004, p. 46).

Para a autora, o poder que os patriarcas tinham no passado, sobre a vida e a morte de suas esposas e filhos, deixou de existir no campo jurídico, mas se mantém presente na sociedade atual, podendo ser observado na cultura da violência de gênero contra as mulheres, em que muitos homens assassinam mulheres, “às vezes com requintes de crueldade”, além de conseguirem, muitas vezes, saírem impunes e transformarem a vítima em ré, ao ponto de levantar falsas acusações contra a mulher violentada ou assassinada, graças a influência do sexismo que ainda impera nas sociedades atuais. Com base nessas discussões da autora, considero que essa

concepção de “patriarcado” é aplicável para discutir violência contra as mulheres nessa pesquisa.

No Brasil, o modelo patriarcal, importado pelos colonizadores portugueses, deu início à história da instituição familiar brasileira. Esse modelo foi adaptado às condições sociais do Brasil da época, (latifundiário e escravagista). (SAFFIOTI, 1979; XAVIER, 1998 apud NARVAZ e KOLLER, 2006).

A posição social da mulher nessa época era voltada apenas para o âmbito do lar, eram obrigações delas cuidarem da casa, do filho e do marido. Além disso, elas eram proibidas de frequentarem as escolas, pois a educação era oferecida apenas para os homens. Seu lazer era apenas ir à Igreja Católica.

Durante o período colonial, as mulheres no Brasil não tiveram muito espaço para expressar seus pensamentos e para gozar de algum lazer, senão as festividades relacionadas à Igreja Católica [...] A educação feminina no período colonial era, geralmente, restrita aos cuidados com a casa, marido e filhos. A mulher aprendia a costurar, bordar, cozinhar e, as mais abastadas, a pintar e tocar algum instrumento. A leitura e escrita deveriam ser as mínimas possíveis, isso dependendo da rigorosidade do pai, que, em muitas vezes não permitia que as filhas aprendessem a ler e escrever. (FOLLADOR, 2009, p. 09).

Kellen Follador destaca que as mulheres brancas pobres, assim como as negras (escravizadas ou alforriadas), não tinham os mesmos acessos que as mulheres da alta sociedade.

Todos os processos históricos, práticas sociais, experiências humanas socioculturais, em especial do patriarcado, formaram contextos de desigualdades, invisibilidades, subjugação, submissão e negação do papel da mulher na sociedade.

Para além desse modelo patriarcal, o Brasil, pelo seu caráter escravagista, também foi marcado e enraizado pelo racismo, que por séculos tem se mostrado perverso e desumano, condicionando as mulheres negras à condições e situações de desvantagens que marcaram triplamente as relações sociais e seu papel na sociedade, como afirma Lélia Gonzalez: “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerado pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão.” (GONZALEZ, 2016, p, 408).

Assim, precisamos admitir que a herança colonial Brasileira, de uma sociedade patriarcal-branca e racista, faz com que a voz das mulheres negras não ecoe da forma que deveria. Vários resquícios da escravidão de antes, mostram, no

Brasil de hoje, que a invisibilidade sempre existiu e se mantém presente: muitas dessas mulheres negras são silenciadas, e por medo de retaliação não denunciam; qualquer ideia, ou posicionamento dado, é desqualificado e desconsiderado, o que prevalece é apenas o discurso do homem, principalmente se for branco, herdeiro da sociedade patriarcal.

Para entendermos melhor esse processo, é preciso refletir e destacar como a sociedade e seus mecanismos de silenciamento e coisificação da pessoa negra, produziram violências e violações de formas variadas e especificamente contra essa mulher negra. Nesse sentido, penso ser importante apontar algumas discussões iniciais e históricas sobre o termo raça e racismo e de como seus significados e sentidos embasaram tanto a escravidão nos continentes americano e africano, além de sustentarem pensamentos que buscaram justificar estruturas de dominação, coisificação e objetificação da mulher negra.

A história que envolve o significado e o emprego do termo “raça”, provoca vários debates e reflexões e, segundo Silvio Almeida (2018, p.19), “há uma grande controvérsia” sobre sua origem, mas no geral, seu significado se relaciona, primeiramente, com a busca de explicar a natureza e os seres na terra, com o “ato” de tentar classificar as plantas e os animais. Mas tarde, precisamente no século XVI, a noção de raça será utilizada para explicar e categorizar os seres humanos, e se trata de um termo bem dinâmico, pois seu significado e emprego se dará a partir das experiências humanas em contextos sociais e históricos variados. Sendo assim, a história das raças, reforça o autor, vai influenciar as constituições políticas e econômicas das sociedades contemporâneas.

Segundo Francisco Bethencourt (2017), em 1735, Carl Linnaeus, na sua obra "Systema Naturae", classificou “o homem” em quatro categorias: *europaeus*, definido como branco; *americanus*, definido como vermelho; *asiaticus*, definido como escuro; e *africanus*, definido como negro. O autor destaca que a obra não descrevia, nem justificava, tão pouco explicava como ou porque chegou a essa classificação. Mas chama a atenção que, mais tarde, em edições anteriores, Linnaeus acrescentou duas outras categorias: o “homem selvagem” (intermediário implícito entre o ser humano e o macaco) e o “homem monstruoso” (uma expressão de degeneração). Nessa classificação, os africanos se encontravam dentre os ditos homens “monstruosos” e vistos como inferiores; e os europeus como superiores.

A forma como Linnaeus classificou os seres humanos, talvez possa ser explicada pelo que Silvio Almeida (2018) destaca: o contexto da expansão comercial burguesa e a colonização das américas, em especial, e da cultura renascentista que foram pavimentando ideias filosóficas da modernidade, que conceberam o homem europeu como “modelo universal”. Essas filosofias eram iluministas e possibilitaram criar “ferramentas” ideológicas para que a humanidade passasse a ser classificada e comparada com base em características físicas e culturais, questões que poderiam ser explicadas “cientificamente” através da biologia e da física. É nesse arranjo que buscaram justificar que a pele “não branca” e o clima tropical, encontrados na África, “favoreceriam o surgimento de *comportamentos imorais, lascivos e violentos*, além de indicarem pouca *inteligência*” (ALMEIDA, 2018, p. 23).

Para Claude Levi-Strauss (1980), a história fez de Joseph Arthur de Gobineau o pai das teorias racistas, o qual acreditava que a mistura entre as raças branca, amarela e negra resultaria em um tipo de declínio, numa degeneração, recomendando evitar o seu cruzamento. Essas correntes de pensamento, supostamente científicas, ficaram conhecidas como “racismo científico” (ALMEIDA, 2018; LÉVI-STRAUSS, 1980).

A pele não-branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. Por essa razão Arthur de Gobineau recomendou evitar a "mistura de raças": pois o mestiço tendia a ser o mais "degenerado". Esse tipo de pensamento, identificado como racismo científico, obteve enorme repercussão e prestígio nos meios acadêmicos e políticos do século XIX, como demonstram, além das de Arthur de Gobineau, as obras de Cesare Lombroso, Enrico Ferri e, no Brasil, Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues. (ALMEIDA, 2018, p. 23)

É importante considerar que esses arranjos ideológicos, seu desenvolvimento e avanço, pautaram inúmeros debates sobre a escravidão, em especial, no século XIX, a ponto de se tornar, mais do que um conhecimento filosófico, mas sim, um importante instrumento colonial, ou melhor, como bem pontua Silvio Almeida, uma das tecnologias coloniais de destruição de povos tanto nas Américas, quanto na África, Ásia e Oceania: “a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a destruição de povos nas Américas, da África, da Ásia e da Oceania” (ALMEIDA, 2018, p. 22).

É nesse debate e contexto de legitimação da escravidão e da suposta “superioridade” branca, que surgem os “outros”, os “diferentes”, os “anormais”, os “não civilizados”, aqueles e aquelas que devem ser “civilizados” e/ou dominados pelos “sujeitos civilizados”. Nessa linha de pensamento, cabe ao europeu, o homem branco, levar sua cultura, sua visão de mundo e de sociedade, como modelo universal, para os territórios dos “outros”, dos “não civilizados”. Esses “outros”, em especial os africanos e seus descendentes, passam a ser “coisificados” e “objetificados”, e como “coisa” e/ou “objeto”, ou seja, criaturas não humanas ou desumanizadas, justificaria sua escravização e legitimaria todo e qualquer tipo de instrumento violento para seu controle e dominação.

Há uma vasta bibliografia sobre a situação de africanos e seus descendentes na escravidão, sobretudo no contexto brasileiro. Obras e autores diversos buscaram contar como a escravidão no Brasil se deu, como os escravizados foram tratados e de como esses sujeitos foram se articulando para se mobilizarem naquela sociedade, analisando as diversas estratégias de resistência.

Autoras/res como Flavio Gomes (2012), Lélia Gonzales (1982), Kabengele Munanga (2009), Sonia Maria Giacomini (1988), Mary Del Priore (2004), Grada Kilomba (2019), dentre outras e outros, empreenderam estudos e pesquisas sobre a história de homens e mulheres negras, em especial no período da escravidão, destacando estas últimas autoras, que se debruçaram nos estudos sobre a história das mulheres, principalmente das negras.

Os estudos dessas autoras/res nos revelam as dinâmicas do racismo na história do Brasil e de como trataram violentamente as pessoas negras, pontuando como os instrumentos de repressão, de castigos e punições, utilizados na escravidão, dilaceraram corpos negros, desumanizaram esses sujeitos, desfiguraram identidades, culturas, especialmente de mulheres negras e, sobretudo, como parte desses mecanismos alcançaram as sociedades atuais.

Sobre as autoras supracitadas, penso ser relevante destacar Grada Kilomba e sua obra “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano” (2019). Obra e autora nos convidam a uma reflexão um tanto inquietante, provocadora e angustiante, pois nos chama a um debate sobre como o racismo se manifesta no cotidiano das pessoas negras, mas também para refletir como a sociedade escravista e seus mecanismos de repressão, silenciamento e objetificação do sujeito

negro se deram, e impactaram a humanidade dos negros, em especial da mulher negra.

Kilomba (2019, p. 27-30), ao trabalhar o conceito de “sujeito” e “objeto”, utilizados por Bell Hooks, problematiza como o branco, ao longo da história, sempre impôs sua condição de “sujeito” na história e nas relações sociais, ao mesmo tempo em que colocou a pessoa negra na condição de “objeto”. Nesse arranjo social, o sujeito (o branco) tem o direito de definir, estabelecer e nomear suas próprias realidades, identidades e histórias, enquanto ao negro, o “não sujeito”, o “objeto”, lhe resta ser definido pelo sujeito, ou seja, as realidades, as identidades e as histórias das pessoas negras seriam definidas, criadas e designadas por esse sujeito branco.

Para a autora, quando sua obra combina os termos “memórias” e “plantação”, descreve o “racismo cotidiano” como uma “reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática” negligenciada. Nesse sentido, o passado colonial de violência, de objetificação, transformou a pessoa negra no “não humano”, e o racismo cotidiano é o mecanismo que transporta o negro para uma “cena colonial”, como num contexto de regime da “plantação”, o aprisionando como o “outro”, o “diferente”, o não semelhante, negando direitos, relativizando e justificando sofrimentos, violações, desigualdades e violências.

Acredito ser pertinente destacar uma história contada por Grada Kilomba, que nos ajuda a pensar como a escravização e desumanização do negro, e seus instrumentos violentos de controle e punição, tratou a mulher negra nesse contexto. Me refiro ao capítulo da obra de Kilomba, intitulado “A máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização”, que menciona a história da escravizada Anastácia e da “máscara do silenciamento” que era obrigada a usar.

Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tomou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em tomo do queixo e a outra em tomo do nariz e da testa. (KILOMBA, 2019, p. 33).

Segundo a autora, essa máscara era um instrumento oficial colocado nas/nos escravizadas/os (africanas/os) para evitar que comessem cana-de-açúcar e cacau, enquanto eram forçados a trabalharem nas plantações, mas também funcionava principalmente como instrumento de medo e de “mudez”, um símbolo de uma

política “sádica” de conquista e dominação, e de seus regimes brutais que buscava o silenciamento daquelas/es tratadas/os como os “Outros/as”. Além dessa máscara facial, Anastácia também era forçada a usar um colar de ferro muito pesado. Os motivos para tais castigos são variados, segundo Kilomba, alguns relatos apontam para o fato de que Anastácia era envolvida com fugas de outras pessoas escravizadas, outros dizem ter sido por sua resistência aos abusos sexuais do seu escravizador. O fato é que o destino dessa mulher negra foi a morte por tétano. Há relatos de outros casos e tipos de máscaras. A exemplo de algumas que cobriam o rosto inteiro, com apenas dois furos para os olhos, que tinha a função de evitar que a pessoa escravizada comesse terra – prática para se cometer suicídio, entre as/os escravizadas/os, como forma de se livrar da escravidão.

A história de Anastácia e da máscara facial do silenciamento, pode ser entendida como um dos exemplos e instrumentos mais cruéis de tortura, de violência e de controle e abuso do corpo feminino negro, e faz parte de um processo e contexto específico de violência contra as mulheres, nesse caso contra a mulher negra, pois, uma vez transformada em “objeto” e/ou “coisa”, essa mulher foi escravizada e tratada de fato como uma propriedade/posse extremamente diferente daquela em que a mulher branca era transformada pelo patriarcado. Como tal, o escravizador tinha o “direito” de fazer de Anastácia, sua “escrava”, o que bem entendesse, e seu único vínculo era de “objeto de posse”, sem votos de matrimônio, e sem função de dar à luz a um filho do escravizador, e sim conceber à luz a mais um de seus escravizados.

Considerando esses debates sobre os processos e fenômenos socioculturais e históricos, não é exagero afirmar que aqueles sistemas, estruturas e instrumentos históricos de controles gerais e específicos dos corpos e das vidas dessas mulheres brancas e negras, marcaram profunda e violentamente as identidades, os corpos e as condições das mulheres, e das relações sociais e étnico-raciais, das sociedades de hoje.

No contexto das sociedades atuais, perceberemos desigualdades e violências em níveis diversos, em contextos e realidades também diversificadas, que nos força a novos debates, novas reflexões e, além disso, teremos que admitir que a violência se opera na dinâmica desses contextos e realidades que exigem análises que levem em conta desigualdades de gênero e raça. Assim, no tópico seguinte, busco chamar

a atenção para a importância desses dois recortes, e de como eles aparecem nos dados estatísticos no contexto brasileiro.

2.2. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA NO CONTEXTO BRASILEIRO: PRESENÇA MARCANTE NOS DADOS E ESTATÍSTICAS

As desigualdades sociais geradas pelo passado escravista-colonial e imperial, e pelo sistema patriarcal, racista e também capitalista, marcaram profundamente as sociedades do século XXI. Vale também chamar a atenção que uma sociedade também marcada pela cultura sexista e machista, as desigualdades históricas colocam a mulher sempre em segundo plano, em condições de subalternidade e submissão, impondo um suposto “direito” aos homens de controlarem os corpos femininos, sua sexualidade, e a vida e morte das mulheres.

Essa cultura e pensamento foi se naturalizando, e se incorporando ao cotidiano, transformando essas desigualdades em uma violência odiosa, em um fenômeno que cresce amplamente, que impõe seu poder aos números estatísticos, tendo como seu maior feito os assassinatos de mulheres, principalmente negras, pertencentes a um lugar social diferente das mulheres brancas, pois compartilham experiências e realidades próprias.

Partindo dessa perspectiva, busco neste tópico discutir essas realidades de desigualdades de gênero e raça no contexto brasileiro, refletindo alguns conceitos que, acredito, nos ajudarão a entender esse fenômeno da violência antes de partirmos para as análises de dados estatísticos que montam esse “quebra-cabeça” de agressões contra as mulheres.

Pensar como as desigualdades se estruturam ou se permanecem na sociedade não é um exercício simples e, por sua complexidade, algumas e alguns intelectuais desempenharam papéis importantes nessas discussões, havendo alguns destaques que penso serem relevantes para este trabalho. Dentre essas/es, trago para esse primeiro momento, Heleieth Saffioti (2004; 2005), por seus estudos sobre as origens e significados de gênero, como elemento ou expressão da violência.

Segundo Saffioti (2004, p. 107-108; 2005, p. 43), a primeira formulação do conceito de gênero foi elaborada por um homem chamado Robert Stoller, em 1968, mas seu sentido não ganhou relevância ou destaque, algo que só aconteceria sete anos depois (1975) com uma mulher chamada Gayle Rubin e o seu artigo *The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy"*, que se tornaria bastante famoso e marca um momento frutífero para os estudos de gênero. Assim, definiu Rubin em seu artigo:

Como uma definição preliminar, um sistema de sexo/gênero' é um conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas [...] Tal sistema pode ser sexualmente igualitário, pelo menos em teoria, ou pode ser 'sexualmente estratificado', como parece ser o caso da maioria ou de todos os exemplos conhecidos. Mas é importante – mesmo diante de uma desalentadora história – manter a distinção entre a necessidade e a capacidade humanas de criar um mundo sexual e as formas empiricamente opressivas nas quais têm sido organizados os mundos sexuais. Patriarcado compreende ambos os significados em um mesmo termo. Sistema de sexo/gênero, de outra parte, é um termo neutro que se refere ao terreno e indica que a opressão não é inevitável neste domínio, mas é o produto de relações sociais específicas que o organizam. (p. 168). O sistema de sexo/gênero não é imutavelmente opressivo e perdeu muito de sua função tradicional. Entretanto, ele não desaparecerá na ausência de oposição. Ele ainda leva consigo a carga social de sexo e gênero, [...]. E ele serve fins econômicos e políticos diferentes daqueles a que ele foi destinado, originariamente, a promover. O sistema de sexo/gênero deve ser reorganizado por meio da ação política. (RUBIN apud SAFFIOTI, 2005, p. 43).

Em Rubin, sexo e gênero é uma construção social baseada na sexualidade biológica aplicada nas relações e atividades humanas, que, na maioria dos casos, produz segregações sexuais e opressivas, ou seja, divisões sexuais, para satisfazer certas necessidades também sexuais, em que um dos "sexos/gêneros é oprimido pelo outro. Ainda sobre esse conceito da autora, vale destacar seu posicionamento em relação ao "sistema de sexo/gênero", quando ela afirma que ele não irá desaparecer sem oposição e que o mesmo deve ser reorganizado por via da ação política.

Para Saffioti, o artigo sofisticou o debate com seu conceito e argumentação, principalmente por seu destaque a "elaboração social do sexo", ou seja, por apontar como o sexo foi construído e incorporado no campo das relações sociais e atividades humanas. Ainda sobre isso, a autora chama a atenção que ressaltar esse aspecto construtivo do sexo, deve evitar a "dicotomia" ou dualidade sexo (situado na biologia/natureza) e gênero (situado na sociedade e na cultura), algo inclusive já criticado por feministas, mulheres e homens engajada/os na discussão e nos

estudos, uma vez que, segundo Saffioti, “não existe uma sexualidade independente do contexto social”, embora Rubin tenha precisado separar, naquele momento, as dimensões sexo e gênero e incluí-las no conceito de “patriarcado”, admitindo uma alternativa para apontar para a “dominação masculina”. (SAFFIOTI, 2004, p. 108-109).

No Brasil o debate sobre gênero, e o seu conceito, vai ganhar força nos anos de 1990, possivelmente acompanhando algumas discussões internacionais provocadas por movimentos e intelectuais como Joan Scott, já que, no final dos anos de 1980, circulava no país a cópia de seu artigo “Gender: A Useful Category of Historical Analysis” (1986), traduzido na versão brasileira como “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1983; 1988). O livro e a autora, vão desempenhar um papel importante nesse debate, apontando para gênero como uma “categoria social histórica” que recusa o “essencialismo biológico”. Em outras palavras, as diferenças e as desigualdades entre homens e mulheres passam a ser explicadas a partir da noção de que ambas são categorias sociais (e suas diferenças) são sócio e historicamente construídas, não cabendo mais as argumentações e justificativas de cunho biológico/natural.

Em termos gerais, em Joan Scott (1990, p. 86), gênero pode ser compreendida por dois conceitos, quais sejam, o gênero como elemento importante para o desenvolvimento das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre o sexo masculino e feminino; e o gênero concebido como primeira configuração de sentido e conceito para explicar e dar sentido às relações de poder existente na sociedade, levando em consideração que as relações de poder entre homens e mulheres por muito tempo, até nos dias de hoje, foram vistas como algo “naturalizado” e “irrefutável”. Assim, reforça Saffioti, a discussão, a partir de Scott, deu um passo importante: “chamando-se a atenção para as relações homem-mulher, que nem sempre pareciam preocupar (ou ocupar) as(os) cientistas. (SAFFIOTI, 2004, p. 110).

Acrescenta-se a esses estudos também Pierre Bourdieu e sua obra “A dominação masculina” (2002), escrita inicialmente na década de 1990, a qual o autor propõe um debate sobre processos e fenômenos social e culturais da violência e um conceito de “violência simbólica”, que podem nos ajudar a pensar tanto as desigualdades entre homens e mulheres, quanto a própria violência contra as mulheres e seus mecanismos.

No “Preâmbulo” da obra, Bourdieu sinaliza algo que soa como um alerta, que seu estudo busca reparar a contradição existente no conjunto de afirmações e ideias que legitimam ou explicam a “dominação masculina” como algo natural, apontando para os processos de naturalização daquilo que foi construído e imposto histórico e culturalmente. O que mais nos interessa aqui é, de fato, seu conceito de “dominação masculina” e “violência simbólica”.

Segundo Bourdieu o corpo humano é construído, no “mundo social”, como um depósito de concepções e de divisões “sexualizantes” e como uma realidade de caráter sexual. Assim, essas concepções e formas de dividir as relações sociais, e de conceber a realidade, é aplicada a “todas as coisas no mundo” e, principalmente, ao próprio corpo. É nessa ordem de ver e conceber as coisas no mundo que a explicação para a dominação masculina e as diferenças entre homem e mulher são justificadas a partir das diferenças biológicas e sexuais.

Dito de outra forma, a diferença entre o corpo masculino e corpo feminino e, especificamente entre os órgãos sexuais, e até mesmo as posições e os papéis de cada um no ato sexual (em cima, embaixo, ativo, passivo), são usadas como justificativas para as diferenças sociais (desigualdades) entre homem e mulher, e para reforçar a dominação do homem sobre a mulher.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres [...]. A diferença *biológica* entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2012, p. 18-19).

De forma mais geral, para Bourdieu, a dominação masculina é um tipo de violência simbólica, ou seja, ela é o poder de impor significações como legítimas, no intuito de esconder, de maquiagem, de disfarçar as relações de força que dão sustento à própria força. Em outras palavras, podemos dizer que se trata de um processo de manutenção de um poder (masculino) nas relações sociais que acabam se infiltrando nos nossos pensamentos e nas percepções de mundos, tornando-as “naturais”, invisíveis, imperceptíveis, na maioria das vezes.

Nessa dinâmica da dominação como violência simbólica, é preciso um tipo de cumplicidade por parte da vítima e isso significa dizer que ela, inconscientemente, acaba reproduzindo, concordando ou legitimando a posição dominante do homem sobre si mesma. Sobre essa violência simbólica e seu sentido, o autor chama a atenção que usar o termo “simbólico”, para se referir a uma violência que se opera no campo das relações e da cultura, não significa minimizar as violências físicas contra as mulheres, tão pouco é uma tentativa de desculpar os homens por essa forma de violência.

Importante destacar a relevância desse conceito, pois nos chama a atenção para a variedade de formas de manifestação da violência contra as mulheres que sempre se operou ancorado em instrumentos, mecanismos de controle e legitimação nos campos psicológico, cultural e social, algo que acaba precedendo a violência física.

Ao tomar "simbólico" em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência. O que não é, obviamente, o caso. (BOURDIEU, 2012, p. 46).

O conceito de Bourdieu de dominação masculina e de violência simbólica nos ajuda a compreender não somente como se dá às diferenças socioculturais entre homens e mulheres, mas também como se dão os conflitos nas relações de poder, pois admitindo essa “dominação masculina”, não significa que não há, ou haverá, insurgências femininas. Essas análises também nos permitem compreender como essas significações, pensamentos e relações de poder se dão em gênero, enquanto categoria de análise, conceito que não vemos explicitamente em Bourdieu, mas, como vimos, está definida em Scott e Saffioti, por exemplo.

Como vimos no tópico anterior, as organizações das sociedades anteriores e, conseqüentemente, das relações sociais, produziram desigualdades específicas que não podem ser analisadas e explicadas somente pela categoria gênero. Assim, se faz importante observarmos esses debates a partir das reflexões sobre o entrelaçamento entre classe, gênero e raça e em suas particularidades.

Primeiramente, considero importante chamar a atenção de que Saffioti (2004) apontou para essa questão, entrelaçando classe, gênero e raça, problematizando as desigualdades construídas a partir de noções de “superioridade”

e “inferioridades” em razão da cor da pele e da textura dos cabelos. Nessas análises, observa-se que o homem negro é entendido como inferior à mulher branca, em razão da sua cor de pele e da textura dos seus cabelos, porém, observa Saffioti, quando essa relação se dá na “ordem patriarcal de gênero”, esse homem negro leva vantagem em razão de ser homem. Porém, isso não é observado em relação ao homem branco e a mulher negra, pois esta última está em desvantagem em razão da cor de sua pele, textura dos seus cabelos e por fazer parte do sexo feminino. Assim, nessa complexa comparação e relação, o homem branco leva vantagens pela cor da sua pele, texturas de seus cabelos, por fazer parte do sexo masculino e, se rico, acumula outra vantagem e privilégio social, se colocando no topo das relações. Dito de outra forma, a categoria mulher negra se encontra em desvantagem tripla.

[...] a resposta de homens negros ao racismo, mormente dos que conquistaram uma posição social e/ou econômica privilegiada, foi o casamento com mulheres loiras. Se eles são socialmente inferiores a elas em razão da cor de sua pele e da textura de seus cabelos, elas são inferiores a eles na ordem patriarcal de gênero. Resultado: soma zero. Transformaram-se em iguais, nas suas diferenças, transformadas em desigualdades. [...], não há como se estabelecer tal igualdade entre mulheres negras e homens brancos, pois estes são "superiores" pela cor de sua pele e pela textura de seus cabelos, sendo "superiores" também em razão de seu sexo. Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual. (SAFFIOTI, 2004, p. 31).

Sueli Carneiro também chama a nossa atenção para esse problema, ao abordar o movimento das mulheres e a violência contra a mulher, em seu artigo “Mulheres em movimento” (2003). Carneiro diz que as mulheres negras passaram a realçarem uma outra dimensão do problema da violência: a violência racial. Essa violência é efeito de uma “hegemonia branca” existente no imaginário social e nas relações sociais “concretas”. Trata-se de uma violência “invisível” e específica afeta significativamente a subjetividade das mulheres negras, influenciando em suas sexualidades e afetividades, comprometendo o acesso ao trabalho, constringendo o direito à imagem ou a uma representação positiva, além de limitar “possibilidades de encontro no mercado afetivo”. (CARNEIRO, 2003, p. 122).

Nessa dinâmica e dimensão da violência, além de sua denúncia e das iniciativas para seu enfrentamento, a autora destaca que as mulheres negras

feministas pautaram uma agenda específica de combate simultâneo às desigualdades de gênero e “intragênero”, em que esta última se refere às desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras dentro da própria categoria de gênero mulher, e no próprio movimento feminista, uma desigualdade de caráter racista/racial.

Nessa mesma linha de análise, outras intelectuais feministas negras abordam as desigualdades levando em consideração também outras dimensões, chamando a atenção não só para as possibilidades do entrelaçamento entre classe, gênero e raça, mas apontando principalmente para outro aspecto e/ou dimensão da violência contra a mulher e das desigualdades: a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e “cisheteropatriarcado”, evocando para isso, a “interseccionalidade”, enquanto instrumento teórico-metodológico. (AKOTIRENE, 2019).

Segundo Carla Akotirene, a interseccionalidade, enquanto conceito, se trata de uma “sensibilidade analítica, pensada por feministas cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros”, e cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw como conceito da teoria crítica da raça. (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Akotirene denuncia que o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado, em conjunto, produzem avenidas de identidades, onde as mulheres negras são “atingidas pelo cruzamento e sobreposição” de aparatos coloniais modernos, a saber, de gênero, raça e classe. Isso significa dizer que o cruzamento entre as desigualdades de gênero, de raça/etnia e de classe produzem opressões e violências triplicadas.

Essa forma de analisar as desigualdades de gênero e raça e, conseqüentemente, a dinâmica da violência contra a mulher, nos permite enxergar e entender os choques entre as estruturas de dominação e de como elas operam nas “avenidas identitárias”, ou seja, como elas oprimem de forma simultânea as identidades de gênero, raça e classe. Principalmente, quando se evidencia que tanto o movimento feminista, quanto o movimento antirracista não observavam essa dinâmica, considerando que um não contemplava as pautas e demandas das mulheres negras, por reproduzir o racismo (feminismo) e o outro por seu caráter machista em aplicar métodos de análises que contemplavam apenas as experiências do homem negro (AKOTIRENE, 2019).

Por essa razão, considero importante o posicionamento de Akotirene em sua obra, quando reivindica a interseccionalidade como uma sugestão e proposta metodológica das feministas negras, rejeitando termos como “feminismo interseccional”, que invisibiliza o termo negro, despossando o método do ativismo feminista negro, além de caracterizar como “epistemícidio” e “racismo epistêmico” – outras expressões da violência.

A proposta de conceber a inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemícidio e racismo epistêmico. [...] O feminismo negro substituído por feminismo interseccional equivale explorar a riqueza intelectual de África e chamar isso de modernidade.

Acredito, por identidade política, que devemos mencionar a interseccionalidade como sugestão das feministas negras e não dizer feminismo interseccional, uma vez que este escamoteia o termo negro, bem como o fato de terem sido as feministas negras proponentes da interseccionalidade enquanto metodologia, visando combater multideterminadas discriminações, pautadas inicialmente no binômio raça-gênero. (AKOTIRENE, 2019, p. 31).

Toda essa discussão sobre os contextos socioculturais e históricos, e sobre as dimensões das desigualdades de gênero e raça, nos ajuda a entender, por sua vez, o contexto de violência em que mulheres, principalmente negras, estão imersas e submetidas, para então partirmos para uma discussão sobre o conceito de violência contra a mulher e de como ela aparece nos dados estatísticos, algo que reforçará o que vimos até aqui.

Assim, partindo de uma reflexão mais geral, Minayo (2007) compreende a violência não só como um problema exclusivo da área da saúde, mas como um problema social, uma construção histórica, que se dá através das relações humanas, ou seja, na vida em sociedade. Mesmo a violência não sendo um problema específico da área da saúde, ainda assim, de alguma forma, ela afeta a saúde. Como afirma (AGUDELO, 1990 apud MINAYO, 1994), “ela representa um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima”.

Já para Saffioti (2015, p. 18), a violência é vista como uma violação da integridade humana, seja ela de forma física, psíquica, sexual ou moral. Outra importante definição de violência, é dada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que define a violência como,

o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (OMS apud DAHLBEG e KRUG, 2007, p. 1165).

Considerando essas definições de violência, e os processos históricos trabalhados no tópico anterior, pode-se dizer que há um tipo específico de violência que se opera de formas variadas, recebendo suporte de fenômenos culturais e sociais construídos ao longo dos tempos e que se mantém presentes nas sociedades atuais, que têm como vítimas específicas as mulheres, e, considerando suas dimensões de gênero e raça, especificamente as mulheres negras, colocando em risco não somente sua saúde, mas todo seu desenvolvimento e integridade humana. Mas que tipo específico é esse? Como vimos, e, segundo intelectuais e ativistas feministas, trata-se da “violência contra a mulher”, um problema social antigo, que se construiu e se desenvolveu a partir das relações históricas entre o masculino e o feminino, e, com o auxílio da “lupa” feminista negra, a interseccionalidade, a partir também das relações de gênero e raça.

Nessa perspectiva, penso ser pertinente o conceito de violência contra as mulheres sinalizada também pela “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher” (Convenção de Belém do Pará), adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 1994, e ratificada pelo Brasil em 1995, em que, no seu artigo 1º, a compreende como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.” O artigo 2º e seus parágrafos reforçam que esse tipo de violência ocorre

[...] dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher (...) na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e [...] Que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. (CIDH, 1994)

Esse conceito é adotado pela “Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres” (2011), que traz um destaque importante numa “nota de roda

pé”. A Política Nacional em questão, usa o termo “violência contra as Mulheres” no plural “para dar visibilidade às diversidades raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional existentes entre as mulheres” (BRASIL, 2011a, p. 19). Parece buscar contemplar o debate sobre identidades de gênero, raça e classe, dentre outras categorias ou variantes sociais.

Já a Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/2006), sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 07 de agosto de 2006, que cria meios para coibir esse gênero de violência e prevenir qualquer tipo de agressão contra as mulheres, traz um outro sentido, complementar. Segundo o seu art. 5º,

[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2006)

A lei também traz os conceitos dos tipos ou as “formas de violência doméstica e familiar contra a mulher”, em seu capítulo II, artigo 7º, destrinchando cada uma delas, a saber, violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição

parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

O conceito de violência doméstica e familiar contra as mulheres, e suas formas, trazida pela lei supracitada, deve ser considerada tanto nessa discussão conceitual, quanto nas ações propositivas do problema, por destrinchar as possibilidades de sua compreensão. Porém, muitos dos casos de violência contra a mulher, cada vez mais presentes na sociedade, ocorrem também em círculos de amizades, vizinhança e ambiente de trabalho, ou seja, para além do âmbito familiar.

Para Candida Santos (2016, p. 142), a violência contra as mulheres abrange vários setores da sociedade, e isso se dá justamente por sua “grande complexidade”. A autora diz que isso tem se tornado cada vez mais visível graças aos estudos acadêmicos, mas também por ser evidenciado pelas experiências de grupos e movimentos de mulheres. Nessa dinâmica, várias/os estudiosas/os têm se debruçados a escrever sobre essa temática ao analisarem os elevados índices de violência cometida contra as mulheres.

Segundo Cíntia Engel (2020, p. 160-161), esse é um cenário de pesquisa totalmente diferente de alguns anos atrás, pois o que se alegava nos anos 90, em relação ao enfrentamento a violência contra as mulheres, era de que não existiam dados estatísticos confiáveis ou suficientes, algo superado nos últimos vinte anos. Na verdade, essa superação é relativa ou gradual, pois ainda está em curso, salienta a autora.

Cíntia Engel (2020) se propôs a estudar a situação da violência contra as mulheres entre os anos de 1995 e 2015, analisando as continuidades e modificações vividas pelas mulheres no contexto da violência, a partir de dados estatísticos de diferentes fontes, um trabalho muito interessante que nos fornece informações e dados importantes que nos ajuda entender a dinâmica dessas violências numa escala de 20 anos. Penso ser muito pertinente trazê-los a essa discussão. Os primeiros dados compartilhados por Cíntia Engel são sobre casos de violências não letais (agressões físicas), e esses revelam uma realidade implacável. Segundo a pesquisadora, no ano de 2009, **2.530.410** pessoas foram agredidas fisicamente no Brasil. Desse montante, **42,7% eram mulheres** e, entre essas, **56% eram negras**. Isso nos mostra que a discussão sobre a violência contra as mulheres

e a importância de considerar os entrelaçamentos raça, classe e gênero, encontra seu reforço em dados estatísticos e pesquisas quantitativas/qualitativas.

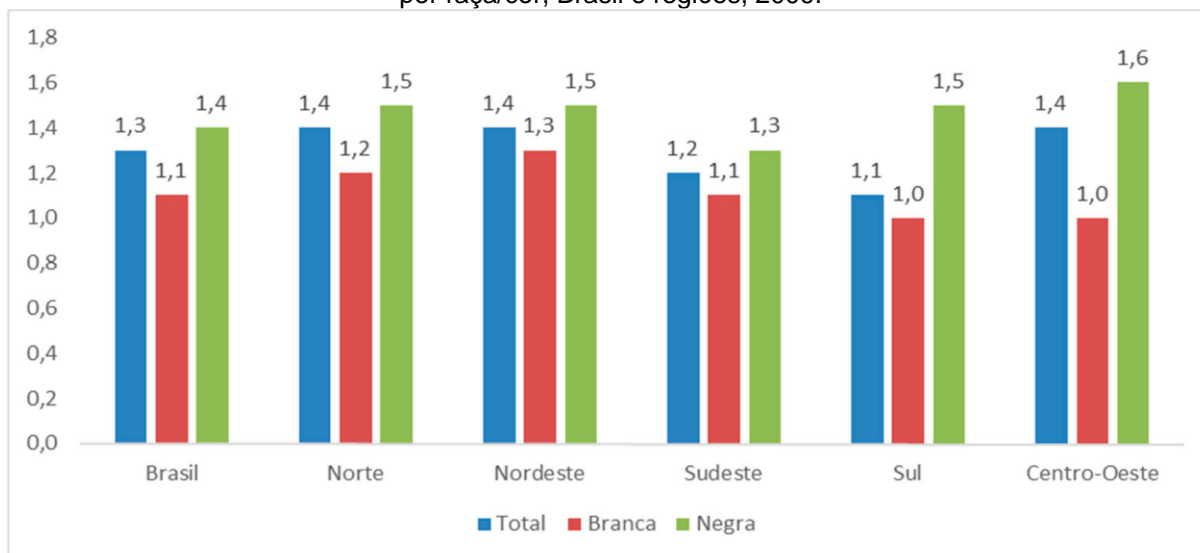
Tabela 1. População de 10 anos ou mais de idade que foi vítima de agressão física, por sexo e raça/cor do agredido, Brasil 2009.

	Total	Branças/os	Negra/os
Total	2.530.410	1.041.719	1.488.691
Homens agredidos	1.447.694	567.473	880.221
Mulheres agredidas	1.082.716	474.246	608.470

Fonte: IBGE/Pnad – Suplemento Vitimização e Justiça – disponíveis em Ipea/ Retrato das desigualdades de gênero e raça (ENGEL, 2020, p. 165).

No que se refere a incidência de agressões as mulheres, em 2009, 1,3% afirmaram que já sofreram algum tipo de agressão física antes. Entre as mulheres negras, 1,4% disseram já terem sido agredidas fisicamente; e entre as mulheres brancas, 1,1% delas. Algo que variou dependendo da região.

Figura 1. Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade que foram vítimas de agressão física, por raça/cor, Brasil e regiões, 2009.



Fonte: IBGE/Pnad – Suplemento Vitimização e Justiça – disponíveis em Ipea/ Retrato das desigualdades. (ENGEL, 2020, p. 166).

É importante observar nesses dados que, no recorte racial, nós temos as pessoas negras como vítimas principais das agressões físicas (58,8%), e embora os homens negros sejam as vítimas em potenciais, entre as mulheres observa-se que as mulheres negras são as mais agredidas, correspondendo a 56%, sendo que a

incidência desse tipo de agressão também é negra. Nesse sentido, podemos dizer que a denúncia, por parte do feminismo negro, a partir da interseccionalidade, levanta, de fato, uma discussão pertinente e lúcida, como perceberemos mais ainda a diante.

Segundo Engel, a violência letal contra as mulheres evoluiu entre os anos de 1995 e 2013, mas os dados relacionados a raça/cor só foram preenchidos de forma adequada na última década e, portanto, recorreu-se aos dados sistematizados pelo “Mapa da violência” de 2015, que possui um reconhecimento e uma divulgação ampliada, e que utiliza dados de registros de óbitos, coletados do Ministério da Saúde.

A autora diz que, no ano de 2003, o Brasil possuía a quinta maior taxa de “homicídios” de mulheres do mundo e ela vinha crescendo desde os anos de 1980, tendo seu “ápice” em 1996, com uma taxa de 4,6 mulheres assassinadas a cada 100 mil habitantes, tendo uma queda em 2007 (3,9) e um salto em 2012 e 2013, alcançando a taxa de 4,8 assassinatos de mulheres por 100 mil habitantes. Dentro desse cenário, as mulheres negras são as vítimas em potenciais.

No período de 2003 a 2013, morreram 43.137 mulheres, entre elas, 59,4% foram mulheres negras, enquanto foram registradas 17.500 mortes de mulheres brancas (40,6%). Ainda nesse período, observa-se que os assassinatos de mulheres brancas foram caindo significativamente de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013, uma queda de 9,7%. Por outro lado, quando observado a realidade de mulheres negras, nota-se dados extremamente diferentes, com aumentos assustadores de assassinatos: em 2003 registrou-se 1.864 assassinatos de mulheres negras, e um salto para 2.875, em 2013, representando um aumento de 54,2% dos assassinatos. (ENGEL, 2020, p. 190).

Apesar do avanço através da Lei Maria da Penha, que persegue e pune os agressores, e da atuação das redes de proteção no combate à violência doméstica no Brasil, algo que veremos mais adiante, observamos que essa violência vem tendo um crescimento assustador. Ao lermos as imagens abaixo, notaremos essa triste realidade em números, que nos revelam mais ainda como essa dinâmica da violência se dá em gênero e raça no Brasil, com dados também regionais.

Figura 2. Tabela de homicídios de mulheres brancas, número e taxa por 100 mil habitantes, Brasil e regiões, 2003 a 2013.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Norte	56	51	59	68	53	60	58	53	67	61	72
	3,8	3,4	3,7	4,2	3,1	3,4	3,2	2,8	3,5	3,1	3,5
Nordeste	128	134	119	117	148	138	157	154	145	148	190
	1,7	1,8	1,5	1,5	1,9	1,8	2	1,9	1,8	1,8	2,3
Sudeste	1.048	942	884	925	741	739	709	719	707	655	710
	4,2	3,8	3,6	3,7	3	3	2,9	3	2,9	2,7	2,9
Sul	391	429	424	391	413	499	540	559	465	533	476
	3,5	3,8	3,8	3,5	3,6	4,4	4,7	4,9	4	4,6	4,1
Centro-Oeste	124	128	129	109	131	108	127	105	138	138	128
	4,4	4,5	4,5	3,7	4,4	3,6	4,2	3,4	4,4	4,4	4
Brasil	1.747	1.684	1.615	1.610	1.486	1.544	1.591	1.590	1.522	1.535	1.576
	3,6	3,5	3,4	3,3	3,1	3,2	3,3	3,3	3,1	3,1	3,2

Fonte: SIM/MS, 2003 a 2013.

Elaboração: Mapa da Violência, 2015. (ENGEL, 2020, p. 190).

Figura 3. Homicídio de mulheres negras, número e taxa por 100 mil habitantes, Brasil e regiões, 2003 e 2013.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Norte	178	162	216	221	226	253	298	345	323	402	376
	4,6	3,9	5	4,8	4,7	5	5,6	6,2	5,5	6,6	6
Nordeste	505	580	653	771	774	893	943	1.082	1.175	1.128	1.180
	2,8	3,2	3,6	4,1	4,1	4,7	4,9	5,5	5,9	5,6	5,8
Sudeste	919	834	834	849	765	772	816	802	789	919	853
	6,5	5,7	5,5	5,4	4,7	4,6	4,7	4,5	4,3	4,9	4,4
Sul	63	74	78	93	76	95	101	104	81	125	108
	2,8	3,2	3,2	3,7	2,9	3,5	3,6	3,6	2,7	4,1	3,4
Centro-Oeste	199	197	197	196	205	240	258	270	343	340	358
	5,7	5,5	5,3	5,2	5,3	6,1	6,4	6,5	8,1	7,9	8,2
Brasil	1.864	1.847	1.978	2.130	2.046	2.253	2.416	2.603	2.711	2.914	2.875
	4,5	4,3	4,5	4,7	4,4	4,7	4,9	5,2	5,3	5,6	5,4

Fonte: SIM/MS, 2003 a 2013.

Elaboração: Mapa da Violência, 2015. (ENGEL, 2020, p. 190).

Alguns números me chamam a atenção e considero pertinente mencioná-los. Quanto aos casos de assassinatos de mulheres brancas por regiões, observa-se uma concentração nas regiões Sudeste e Sul, sendo que na segunda região em questão, apresenta mais aumento do que queda. Porém quanto aos casos de assassinatos de mulheres negras, a concentração se deu nas regiões do Nordeste e Sudeste. O Nordeste lidera, com aumentos implacáveis, sem apresentar oscilação ou queda em nenhum ano do período analisado.

Estudando outros levantamentos, como o Atlas da Violência (2019), observa-se que entre os anos de 2007 e 2017, houve um aumento de 20,7% na taxa nacional de “homicídios” de mulheres. E mais uma vez, esse aumento se dá, sobretudo, entre mulheres negras. O número de mortes de mulheres negras cresceu 60,5% em uma década, enquanto a taxa de mortes de mulheres não negras cresceu 1,7% no mesmo período, mostrando que a diferença é ainda mais brutal (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

Partindo para o cenário baiano, segundo a *Cartilha: Femicídio - O silêncio Não Acabou* (2018), no período de 2015 a 2017, o Tribunal de Justiça da Bahia registrou 41 casos de feminicídio e 15 de tentativas de crimes contra mulheres. Em sua maioria, as vítimas possuem a cor parda (61%) e de 19 a 40 anos (57%), faixa etária semelhante à média da idade dos agressores, como mostra os dados abaixo.

Figura 4. Perfil das vítimas



Fonte: Cartilha Femicídio - o silêncio não acabou

Já o site do “Correio 24 horas”, notícia que “70 mulheres foram mortas por serem mulheres na Bahia”, quatro a mais do que no ano de 2017 (Correio 24hs, 23/12/2018). De acordo com esse mesmo site, em Salvador a taxa de “feminicídio” caiu de 22 (em 2017) para 08 (em 2018). Isso significa que nesse cenário, a

crescente se concentra no interior da Bahia. Mesmo com esses dados alarmantes, as mulheres normalmente são tidas como culpadas pela violência sofrida, sendo algo inadmissível.

Essa realidade assustadora tem se intensificado no contexto da pandemia da COVID-19, segundo algumas pesquisadoras, denúncias e reportagens nos principais jornais e veículos de comunicação. Uma matéria no “Jornal da USP”, publicada em janeiro deste ano de 2021, alerta para o aumento do risco e da violência contra as mulheres nesse cenário, onde o isolamento social, imposto pela pandemia, acaba agravando mais ainda o problema. Segundo a reportagem, desde que o país passou a enfrentar a COVID-19, mulheres vítimas de violência doméstica passaram a correr mais risco de vida, pois tiveram que permanecer mais tempo com seus agressores, em casa, devido ao confinamento forçado (isolamento social).

A matéria também menciona uma pesquisa que se iniciou naquele período, em que pesquisadoras da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, em parceria com o “Centre for Health Economics Alcuin Block, University of York”, Reino Unido, que buscaram investigar os impactos das medidas de distanciamento social sobre a incidência da violência contra as mulheres. A pesquisa parte da hipótese de que o isolamento de mulheres em ambientes de estresse, principalmente devido “ao maior tempo de convivência de vítima e agressor no mesmo domicílio”, vem aprofundando a violência doméstica, algo que é confirmado por dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Levantamento do FBSP aponta que houve redução de registros de crimes contra as mulheres em diversos Estados brasileiros, além de diminuição de concessão e distribuição de iniciativas e medidas de proteção urgente às vítimas.

Outro elemento a destacar na reportagem se refere ao acesso às redes de proteção social de mulheres vítimas de violências no contexto da pandemia. Uma vez que o isolamento social se faz necessário e urgente, muitos serviços públicos e privados foram reduzidos, incluindo os de acolhimento e de medidas protetivas. O desdobramento dessa redução não seria outra se não a dificuldade de acesso para denúncias e proteção, uma vez que o agressor passa mais tempo com a vítima.

Segundo uma nota técnica do FBSP, entre março e maio de 2020, entre 12 (doze) Estados brasileiros, houve queda de 27,2% de registros de lesão corporal dolosa contra mulheres, porém no mesmo período, registrou-se um aumento de 22% de casos de feminicídios, ou seja, a redução de registros de denúncias não significa

dizer diminuição da violência, pelo contrário, o que realmente baixaram foram os acessos/buscas dos serviços de proteção e de justiça, devido às medidas de restrições, isolamento social e, conseqüentemente, fechamento ou redução de atendimento às vítimas.

Outra matéria jornalística, desta vez do portal G1, publicada no mês de junho de 2021, traz o título “Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa”. Trata-se de um levantamento do Datafolha, encomendado pelo FBSP, que indicou uma queda da violência na rua e uma concentração no ambiente domiciliar. Na comparação com a última pesquisa encomendada pelo Fórum, há um aumento de agressões dentro de casa, saltando de 42% para 48,8%. Além disso, se destacaram como agressores os companheiros, namorados e ex-parceiros das vítimas, mas sem desprezar outros agressores intrafamiliares (mãe, pai, irmão, irmã, filhos, enteados, etc). Quando se trata de violência contra mulheres acima dos 50 anos, cresce a participação de filhos e enteados agressores. Quanto aos entrelaçamentos, os dados mostram prevalência da violência entre jovens (35,2%), negras/pardas (52,9%) e separadas (35%).

As leituras, análises e exposições de dados, levantados por pesquisadoras e estudos sobre a dinâmica da violência contra as mulheres, nos ajudam a identificar a gravidade do problema e de seu aumento sistemático e gradual, principalmente entre as mulheres negras, pobres e jovens. Esses levantamentos nos fornecem informações importantes e qualificadas para pensarmos em uma rede de proteção especializada e contextualizada, além de políticas públicas e estratégias de enfrentamento e combate a esse tipo de violência, considerando as especificidades dos grupos de mulheres mais atingidos e a participação dos movimentos sociais, questões essenciais que tratarei no tópico a seguir.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS, A REDE DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A partir da criação da Lei Maria da Penha, mecanismos passaram a existir para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, medidas essas que dão proteção às vítimas em situação de violência, já que esse tipo de agressão não se trata apenas de um problema social, mas também de saúde

pública.

Para que o enfrentamento e combate a essa violência seja fortalecido e efetivo, é preciso que as ações sejam articuladas em parcerias entre a União, os Estados e Municípios, além de parcerias com organizações da sociedade civil, a exemplo de Organizações não Governamentais (ONGs), que atuam com denúncias e enfrentamento dessa questão social. Importante reforçar a necessidade da União, dos Estados e dos Municípios, estarem cada vez mais articulados entre si e, principalmente com a sociedade civil, para que avancem no que se refere a implementação de políticas públicas (com participação popular) que estejam voltadas à prevenção, ao combate e à eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, e também a punição para os agressores que praticam essa violência. E isso é mencionado na Lei Maria da Penha, em seu art.8º:

(...) a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais(...) a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher(...). (BRASIL – LEI MARIA DA PENHA, 2006)

Partindo desse ponto, se faz necessário refletir a importância das políticas públicas, sobretudo no processo de enfrentamento à violência contra as mulheres. Assim, segundo Teles e Melo (2003 apud CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2017), podemos dizer que as políticas públicas representam um instrumento importante para impulsionar transformação social e implementar igualdade de gênero. Esses autores defendem que, para a aplicação de medidas resolutivas, é necessário abordar o fenômeno de uma forma integral, e para isso, é preciso criar políticas que incentivem o desenvolvimento de estratégias de reconhecimento da complexidade da violência contra as mulheres.

Mas não basta apenas implementar políticas públicas, ações, medidas e estratégias de enfrentamento, é preciso também pensar formas de fiscalização, análises e avaliação dessas medidas, instrumentos, mecanismos e políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, tendo essas mulheres também como agentes ativas no processo e na rede de enfrentamento.

O processo de análise e avaliação de políticas públicas, segundo Arretche (2013), é um instrumento democrático para controle sobre os governos e para

tanto deve-se existir também avaliações independentes. Para a autora, é preciso analisar uma política ou programa público a partir de “uma certa concepção de justiça”.

Para Boschetti (2009), as políticas públicas têm um papel fundamental na consolidação do Estado democrático de direito e devem ser avaliadas como “um conjunto de programas, projetos e ações que devem universalizar os direitos”. Nesse sentido, parece lógico que um instrumento de democratização de direitos seja avaliado de forma participativa. Assim, segundo a autora, a avaliação de uma política pública deve ser inserida na dinâmica e totalidade da realidade.

Nessa perspectiva, considera-se que a implementação de políticas públicas específicas de enfrentamento à violência contra as mulheres deve ser acompanhada, fiscalizada, analisada e avaliada pelo Estado, mas de forma democrática com participação popular, envolvendo toda uma rede de proteção efetiva e ampla, tendo também como agentes sociais importantes as próprias mulheres, ou seja, as vítimas, mas também toda a sociedade civil de forma rigorosa e contínua.

No contexto brasileiro, segundo Bastos (2011 apud CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2017), é sobretudo na década de 1980 que o Brasil passa a implementar políticas públicas voltadas para gênero, processo resultante das conferências internacionais sobre as mulheres, além do advento do movimento feminista e suas denúncias (desde a década de 1970). É nesse cenário e período em que ocorre a abertura política no Brasil, em 1985, mesmo ano da criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) – primeira experiência brasileira de implementação de política pública de combate à violência contra a mulher – e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM² (CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2017, pp. 196; 198). Em 1986, foi criada pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo a primeira Casa-Abrigo do país, para acolher mulheres em situação de violência.

Durante um longo período, essas três grandes conquistas da luta do movimento feminista no Brasil foram as principais obras do Estado direcionada para

² O CNDM, órgão de caráter consultivo e deliberativo da sociedade civil junto ao Governo, vinculado ao Ministério da Justiça, foi criado com a missão de promover políticas para assegurar condições de igualdade às mulheres. Esse Conselho era, portanto, responsável pelo monitoramento das políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, que estavam voltadas para a criação e manutenção de Delegacias especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e de Casas- Abrigo. (BRASIL, 2011, p.15)

a garantia dos direitos das mulheres no enfrentamento à violência. (BRASIL, 2011a, p. 16).

Anos mais tarde, especificamente em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres³, marca-se um novo momento no país, e uma fase de renovação para as políticas públicas relacionadas às mulheres. Essa Secretaria surge com o papel de elaborar e executar políticas públicas com foco na garantia e ampliação dos direitos das mulheres (PASINATO e SANTOS, 2008 apud CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2017). Com o surgimento dessa Secretaria, novos serviços foram criados para atuar no enfrentamento à violência contra as mulheres, a exemplo do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres, das Defensorias da Mulher, além dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, e das Promotorias Especializadas. (BRASIL, 2011a, p. 16).

Vale destacar a realização da I^a e da II^a Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), em 2004 e 2008, respectivamente, e a construção coletiva de dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), acontecimentos que podem ser considerados como marco para a consolidação do enfrentamento à violência contra as mulheres como “eixo intersetorial” e “prioritário” no campo das políticas para as mulheres, ampliando as ações de enfrentamento para outros setores do Estado, além de assistência social e segurança (CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2017). Dessa forma, podemos observar que a questão da violência contra as mulheres e seu enfrentamento passam a ser reconhecidos como um problema mais complexo que precisam ser pensados de forma mais articulada e conjunta, considerando diversos setores do Estado.

Essas noções de articulação intersetorial para o enfrentamento da violência contra as mulheres podem ser observadas a partir da criação da “Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” (2007), pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, que tem por finalidade implementação dessas políticas, uma iniciativa de grande importância. Essa criação pode indicar que, em alguma medida, o Estado passa a ouvir as vítimas, e que está atento aos índices de violência contra elas, se mostrando aparentemente dispostos a focar na temática de forma especializada, visando desenvolver estratégias eficazes de

³ A Secretaria de Políticas para as Mulheres está vinculada à Presidência da República, possui status de ministério e tem por competência assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres. (BRASIL, 2011, p.15)

prevenção e de políticas para garantir a construção da autonomia das mulheres, considerando dimensões importantes, como a do combate, mas também da prevenção, da assistência, e da garantia de direitos de toda mulher, âmbitos inclusive, considerados Eixos Estruturantes que compõem a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, prevendo cada um deles medidas, ações e determinações:

No âmbito **preventivo**, a Política Nacional prevê o desenvolvimento de ações que desconstruam os mitos e estereótipos de gênero e que modifiquem os padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres. [...] O **combate** à violência contra as mulheres compreende o estabelecimento e cumprimento de normas penais que garantam a punição e a responsabilização dos agressores/autores de violência contra as mulheres. [...] No que diz respeito à **garantia dos direitos** humanos das mulheres, a Política deverá cumprir as recomendações [...] contidas na Convenção de Belém do Pará e na CEDAW), [...] devem ser implementadas iniciativas que promovam o empoderamento das mulheres, o acesso à justiça e a o resgate das mulheres como sujeito de direitos. [...] No que tange à **assistência** às mulheres em situação de violência, a Política Nacional deve garantir o atendimento humanizado e qualificado àquelas em situação de violência. (BRASIL, 2011a, p. 25-27)

Figura 5. Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres



Fonte: Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011a)

É importante salientar que a execução das ações e medidas previstas pelos 04 (quatro) eixos da política de enfrentamento não pode ocorrer sem monitoramento e avaliação. É de extrema importância que as ações e medidas voltadas para o enfrentamento a violência contra as mulheres sejam realizadas, acompanhadas e avaliadas sistematicamente e conte com uma articulação entre

os setores do Estado e da própria sociedade civil, algo também ressaltado por essa Política Nacional (BRASIL, 2011a, p. 27).

Embora a Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as mulheres preveja medidas e ações, além de orientações, que ressaltam a importância de trabalhos articulados, a realidade ainda é de desarticulação entre os diversos setores e níveis de governo e tendência ao isolamento dos serviços que prejudicam a efetividade do combate e enfrentamento. Dentro dessa discussão, é importante ficarmos atento a dois conceitos fundamentais que podem apontar um caminho para a superação das desarticulações dos setores estatais e níveis de governo que isolam os serviços. O primeiro diz respeito à noção de rede de atendimento e o outro de rede de enfrentamento, noções inclusive que admitem a importância da participação da sociedade civil e de organizações não governamentais.

Na Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, o conceito de “rede de atendimento” assume uma noção bastante interessante que compreende uma “atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade” que têm como objetivos a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento, além de identificar as mulheres em situação de violência, para um encaminhamento adequado e desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção (BRASIL, 2011a, p. 29). Essa compreensão de rede de atendimento traduz uma resposta especializada para uma violência que se revela como um problema complexo e “multidimensional” e que afeta diversos aspectos da vida das mulheres, ou seja, não se trata somente de um problema de segurança pública, mas de saúde pública, educação, cultura, assistência social, etc.

O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência.(...) Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres(...). (Brasil, 2011a, p.25)

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deu um direcionamento

importante para as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, passando a ampliá-las para outros setores do Estado. Dessa forma, falar de rede de atendimento significa dizer que é preciso potencializar e estimular a efetivação, de fato, de redes nacionais, estaduais, municipais e locais práticas, pois os serviços isolados, desarticulados e fragmentados dificultam a efetivação do enfrentamento a violência e do atendimento às vítimas, por isso a importância de trabalhos em rede efetiva, atuante e existente de fato.

Assim, se compreender o enfrentamento vai além de combate à violência, é preciso construir um entendimento de que enfrentar é atender as vítimas de forma articulada, para garantir uma prevenção, assistência e atendimento qualificado, além de fazer valer os direitos das mulheres em situação de violência, visando a construção de uma rede efetiva que garanta o diálogo e trabalho conjunto entre todos os setores de Governos e do Estado, além da Sociedade Civil.

Nesse sentido, torna-se importante uma articulação de rede mais ampla, levando em consideração a atuação também de grupos, movimentos e organizações da sociedade civil em parceria com setores governamentais e o próprio Estado brasileiro, ou até mesmo em articulações entre iniciativas não governamentais.

No documento “Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, edição de 2011, encontramos definições detalhadas de “rede de atendimento” e “rede de enfrentamento”. A “rede de atendimento” se refere essencialmente aos serviços e ações de setores diversos, mas engloba apenas dois eixos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o da assistência e o do atendimento, além de restringir-se aos serviços de atendimento “especializados” (Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência, Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Central de Atendimento à Mulher, etc.) e “não-especializados” (hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, CRAS, CREAS, Ministério Público e defensorias públicas). (BRASIL, 2011b, p. 14-16).

Já a “rede de enfrentamento” à violência contra as mulheres faz referência à uma atuação articulada que envolve as instituições e serviços governamentais, não-governamentais e “comunidade”, que visam o “desenvolvimento de

estratégias efetivas de prevenção e de políticas” que buscam garantir os direitos humanos das mulheres, a construção de autonomia e seu empoderamento, além de assistência qualificada e responsabilização dos agressores. Portanto, trata-se de um conceito e noção de rede mais ampla e articulada, a qual a “rede de atendimento” faz parte. Diferente da “rede de atendimento”, a “rede de enfrentamento” abarca todos os eixos da Política Nacional, incluindo tanto os serviços de atendimento, quanto os órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, com o objetivo de efetivar os quatro eixos previstos pela Política Nacional.

Figura 6. Principais Características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

Rede de Enfrentamento	Rede de Atendimento
Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos).	Refere-se somente ao eixo da Assistência /Atendimento
Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento.	Restringe-se a serviços de atendimento (especializados e não-especializados).
É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Fonte: Brasil (2011b, p. 15)

É importante salientar que tanto a Política Nacional, quanto a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, dão ênfase para a noção e o caráter de rede articulada e integrada, considerando uma atuação conjunta não só entre as instituições e serviços estatais, mas também envolvendo organizações da sociedade civil, especialmente, destaque, a “comunidade”. A compreensão de uma rede de enfrentamento que engloba membros da sociedade civil e da “comunidade”, nos chama a atenção para a importância dos movimentos sociais, principalmente de mulheres feministas que sempre pautaram a questão ao ponto de influenciarem os debates e políticas públicas de enfrentamento dessa violência.

Quanto a essa compreensão, podemos evocar o trabalho de Cândida Ribeiro Santos (2016), em que a autora traz uma reflexão e levantamento histórico sobre a participação da sociedade civil, em especial do movimento de mulheres e de feministas, da década de 1970 e 1980, no combate e enfrentamento a violência contra a mulher e sua contribuição para a criação de instrumentos legais e

iniciativas iniciais de combate e enfrentamento à essa violência, além de suas contribuições e demandas levantadas no processo de construção da constituição brasileira de 1988.

Tal histórico e atuação desses movimentos e suas articulações com o Estado, evidenciam a importância de articulação em rede que leve em consideração os movimentos sociais, sobretudo de mulheres, suas vozes, demandas, propostas, reivindicações, iniciativas e atuações no sentido de denunciar, combater e enfrentar a violência contra as mulheres em diversos níveis e propostas possíveis.

Em termos gerais, segundo Candida Santos (2016), foi somente no final dos anos de 1970 que a violência contra as mulheres passou a ser entendida como um problema social no Brasil, uma mudança significativa graças as denúncias por parte dos movimentos feministas e através das reivindicações das mulheres. A autora destaca que essa virada de cenário se deu no contexto de luta contra a ditadura civil-militar, momento em que os movimentos de mulheres e feministas, já atuantes, levantavam pautas democráticas, priorizando a denúncia da violência contra as mulheres, apontando para a impunidade de assassinatos de mulheres.

Um caso bem polêmico e absurdo do período, e que mobilizou mulheres e feministas no país, foi do assassinato de Ângela Diniz, que teve como réu Doca Street, marido da vítima. Em uma das sentenças, a justiça concedeu liberdade ao assassino Doca Street, com o argumento da “legítima defesa da honra”. Nessa dinâmica de enfrentamento e denúncia, os movimentos de mulheres e feministas criaram também instituições de apoio às mulheres vítimas de violência. (SANTOS, C., 2016, p. 143).

Algumas intelectuais como Sueli Carneiro (2003), o movimento de mulheres do Brasil se destaca como um dos mais respeitados do mundo, com “melhor performance”, entre os outros movimentos sociais do país, além de se tornar uma referência fundamental em vários temas de interesses das mulheres. A autora diz que, no processo da construção da constituição de 1988, esse movimento se mostrou tão potente que 80% de suas propostas foram contempladas nos encaminhamentos, além de contribuições para as inovações no campo das políticas públicas.

Esse movimento destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas. Destaca-se, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. (CARNEIRO, 2003, p. 117).

A compreensão do cenário social, em que o objeto deste estudo se encontra, além das interpretações dos dados do agravamento da questão social, bem como do debate em torno do conceito de violência, de seu marco histórico, sobretudo, do entendimento dos conceitos e noções de políticas públicas, denúncia, combate e de rede de enfrentamento, deve considerar a contribuição da sociedade civil e dos movimentos sociais, dentre esses, em especial, os movimentos de mulheres e feministas. Isso significa dizer que o fenômeno da violência contra as mulheres, só será capaz de ser superado a partir de esforços conjuntos entre órgãos/serviços do Estado, instituições privadas (empresas e ONG's), com atuações voltadas para o enfrentamento, mas principalmente com a participação de mulheres engajadas em movimentos de luta e enfrentamento da violência contra as mulheres, em uma rede ativa, ampla e efetiva.

A respeito da questão que relaciona o enfrentamento a violência e a atuação/participação dos movimentos sociais e de mulheres/feministas, vale ressaltar que essas agentes ocuparam e ocupam vários espaços e iniciativas, incluindo grupos artísticos e culturais. Nessa dinâmica de ocupações, e considerando que essa violência é um problema histórico, estrutural e multidimensional, muitas dessas mulheres irão se munir de expressões artístico-culturais como instrumentos de denúncias e enfrentamento.

Alguns desses espaços e expressões instrumentalizadas por mulheres, são produzidas e desenvolvidas através dos quatro elementos da cultura e movimento Hip Hop, que vem demonstrando, ao longo do tempo, sua capacidade de mobilização e articulação dentro e fora das comunidades periféricas, exatamente por seu engajamento e papel social que assume. Perceberemos, mais adiante, como as iniciativas e expressões do Hip Hop podem ou não se constituírem instrumentos de denúncias e de luta contra a violência contra as mulheres, algo que só será possível com a presença dessas mulheres no movimento e cultura em questão, porém, antes de adentrarmos a essa discussão, se faz necessário conhecermos esse ambiente cultural. O que é Hip Hop, enquanto cultura e

movimento? Quem são e como atuam essas mulheres do Hip Hop? Busco responder essas questões no capítulo seguinte.

3. O HIP HOP: ENTRE OS QUATRO ELEMENTOS EM UMA CIDADE CHAMADA SALVADOR

O uso das expressões artísticas como instrumentos de crítica e intervenção não é algo novo, e sua presença nos movimentos sociais e políticos tem sido cada vez mais evidente. Indivíduos e grupos sociais articulados, por vezes, fazem de uma expressão ou linguagem artística, instrumento de inspiração e denúncia, ou seja, a arte como voz daquelas e aqueles que por muito tempo foram silenciadas/os. Trata-se da arte como instrumento de educação e de constituição de uma cultura da paz contra a cultura da violência.

Segundo Maria José Magalhães (2010), a arte tem um papel importante no processo de construção de olhares sobre a realidade social, além de contribuir para a formação de atitudes contemporâneas. E quando o assunto é machismo e violência contra as mulheres, para a autora, as produções artísticas, a exemplo das “imagens, pinturas, cartazes, performances”, podem contribuir para a desconstrução “do sujeito dominador masculino”.

Essa afirmativa de Magalhães nos ajuda a pensar e compreender que, entre os movimentos sociais, os movimentos artísticos e culturais se destacam por seus elementos e expressões, e por suas capacidades e potencialidades criativas, podendo contribuir para a reeducação e enfrentamento das violências perpetradas contra as mulheres.

Dentre os movimentos socioculturais e artísticos, como já pontuei, destaca-se o movimento e cultura Hip Hop, tendo como uma de suas expressões, o RAP, sigla em inglês que significa “Rithm And Poetry” (ritmo e poesia), que surge na Jamaica na década de 1960, e foi levado para os EUA na década de 1970, através da tradição oral africana, típica da região Norte da África, conhecido como *griots*⁴.

A origem do movimento e cultura Hip Hop está relacionada aos contextos e experiências sociais que conectam os continentes africano e americano com a periferia de Kingston, na Jamaica, através do desenvolvimento de sistemas de sons potentes que agitavam os bailes populares na capital jamaicana (ALVES, 2008). Na dinâmica desses bailes, os DJ, declamavam “versos improvisados” sobre sons

⁴ De acordo com Rosana Santos (2002), os griot são contadores de histórias, importantes sábios, oriundos do Norte da África (Gana/Mali), que conhecem e contam histórias via oral usando cantos e fala ao som do Kora, um instrumento de cordas melódicos.

artesanal (mixagens), técnica conhecida como *toasting*, carregados de um discurso repleto de humor, mas também de temas diversos que incluía denúncias de violência urbana, desmandos administrativos e outros problemas sociais. Mais tarde, essas técnicas passam a serem chamadas de *raps*.

Em termos gerais, podemos dizer que as origens do Hip Hop estão ligadas à alguns nomes da cena cultural negra nos Estados Unidos, dos anos 1960 e 1970, a saber, DJ Kool Herc, nascido em Kingston (Jamaica), que nos finais dos anos 1960 leva para o Bronx (Estados Unidos), as técnicas dos famosos “sound systems” de sua cidade natal, dando origem as famosas “block parties” (Festas de rua), junto com ele também veio seu costume de recitar versos sobre batidas musicais (remixagem) favoritas, além de sua mistura de RAP e Reggae, adaptado com instrumentais mais populares do Bronx. (PIMENTEL, 1997; LEAL, 2007; MIRANDA, 2021).

Outros nomes são DJ Afrika Bambaataa e o MC Lovebug, que popularizaram o termo Hip Hop, em suas festas, com este segundo criando a expressão “Hip Hop” - junção de duas palavras em inglês: *Hip* (quadril/balançar os quadris) e *Hop* (saltar), e Bambaataa incorporando a filosofia e atuação a instituição “Zulu Nation”, fundada em 1973; além de Grandmaster Flash, por sua vez o criador dos “scratches”, sua atuação inovou a cultura Hip Hop do período. (PIMENTEL, 1997; MATSUNAGA, 2006; LEAL, 2007; ALVES, 2008; FREIRE, 2011; PINTO, 2014; SANTOS, S., 2015; MIRANDA, J., 2021).

Figura 7. Fotografia dos DJ's Percursos do Hip Hop.



Fonte: redes sociais dos DJ's (edição da autora)

Há outra pessoa muito importante para o emergir da cultura Hip Hop, inclusive ocultada pela história tradicional do Hip Hop, seu nome é Cindy Campbell, irmã do DJ Kool Herc. Foi Cindy quem organizou a primeira festa que unificou pelo menos três dos quatro elementos do Hip Hop, datada de 11 de agosto de 1973, no Bronx. Tratou-se de uma festa de volta às aulas na Avenida Sedgwick, 1520, hoje ponto turístico e considerado o local de nascimento do Hip Hop. Cindy também dançava o estilo que tempos depois passou a se chamar “breaking”, além de grafitar muros com o pseudônimo PEP-1(174). Na época, o termo Hip Hop ainda não tinha sido criado. (GIL BF, 2021; LIMA, K., 2021).

Figura 8. Fotografia de Cindy Campbell



Fonte: Site do Hip Hop Education Center

Como vimos, embora seja a Jamaica o berço do RAP e referência de seus agentes, o seu marco histórico, enquanto cultura e movimento, é a década de 1970, período em que ele emerge das comunidades afro-americanas e hispânicas da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, especificamente no South Bronx. Segundo estudiosas como Priscila Matsunaga (2006), Rebeca Freire (2011), Bruna Pinto (2014) e Simone Santos (2015), o Hip Hop emerge de um contexto americano de desigualdades sociais, de racismo, preconceitos e negação de direitos, vivido principalmente por afro-americanos, caribenhos e hispânicos, sujeitos que, como na Jamaica, empreenderam uma cultura Hip Hop composta por expressões artísticas com fortes apelos críticos, denunciando as desigualdades

sociais, o racismo e a violência, evocando a negritude como resistência e reivindicação de direitos civis.

É importante reforçar que duas décadas antes do surgimento do Hip Hop, os Estados Unidos vivenciaram momentos de agitações, conflitos raciais e lutas sociais por direitos civis, em que se destacaram pessoas como Ângela Devis, Malcolm X, Martin Luther King Jr., a organização Black Panther e o movimento Black Power, desdobramentos de uma sociedade organizada a partir de hierarquias sociais fundamentadas em pensamentos racistas que privilegia o sujeito branco em todas as esferas de poder, o que obviamente marcaria as dinâmicas das culturas produzidas por sujeitos e comunidades afro-americanas e hispânicas do país. (FREIRE, 2011; FREITAS, 2012). Esse contexto, segundo Alves (2009) e Freitas (2012) vai mais além de simples influências, pois há relatos de integrantes do Hip Hop pioneiro dos Estados Unidos que afirmam que os primeiros b-boys, rappers e grafiteiros foram irmão mais novos de integrantes dos Black Panthers.

Matsunaga (2006) diz que o Hip Hop se refere a união de três elementos e expressões culturais, a saber, a música RAP, a dança de rua e o grafite, porém destaca, em nota de rodapé, que alguns integrantes desse movimento mencionam quatro elementos: DJ, MC, Grafite e a dança de rua, noção, inclusive mais difusa e defendida por estudiosos e membros do movimento. Além desses, a autora chama a atenção para um quinto elemento que é evocado por alguns expoentes do Hip Hop, trata-se do conhecimento (para alguns a sabedoria, ou até mesmo a consciência).

Bruna Pinto (2014) nos lembra que em 1973 surge a organização *Zulu Nation*, com o objetivo de organizar e difundir a cultura e movimento Hip Hop, tendo como um de seus fundadores o DJ Afrika Bambaataa. É justamente essa instituição que desenvolve a noção de quinto elemento, e a incorpora ao Hip Hop nos anos de 1980.

Rebeca Freire (2011) também menciona um quinto elemento, sendo este a “politização” ou “militância”, algo que está entrelaçado nos seus outros elementos clássicos e que emerge como motivação para o engajamento e participação política de jovens em questões e temas relevantes aos seu cotidiano e identidades. Essas informações e conceitos são importantes para percebermos que há formas diversas de conceber o Hip Hop.

É importante entender que o Hip Hop irá se consolidar unificando as expressões artísticas que já estavam presentes nas comunidades negras e

hispanicas dos Estados Unidos, principalmente no Bronx, tendo as ruas como campo de atuação e os bailes noturnos como ponto de encontro e lazer alternativo. Essas expressões artísticas, conhecidas como elementos, assumem papéis importantes e constitutivos dentro da cultura/movimento Hip Hop, que merecem ser explicadas, mesmo que de forma breve e objetiva.

O elemento dança de rua, ou, para alguns, *Break*, é a expressão responsável pelo movimento/comunicação corporal; quem dança o break é a *b-girl* (break girl) e o *b-boy* (break boy). Para Simone Santos (2015), essa dança de rua é composta por pelos estilos *Breaking*, *Popping*, *Locking*.

O *Grafite*, expressão artística que se desenvolve como arte visual, através de desenhos feitos com tintas “*spray’s*”, nos muros, tem como praticantes as grafiteiras e grafiteiros. De modo geral, essa expressão se destaca pelos desenhos em muros que podem expressar demarcação de território e comunicar algo através da arte visual. Nos Estados Unidos, entre os anos de 1870 e 1980, os trens de Nova Iorque eram as principais “telas” para as pinturas do grafite, por percorrem os cinco bairros da cidade (Brooklyn, Manhattan, Queens, Staten Island e o Bronx). Ótima estratégia de difusão dessa expressão. (FREITAS, 2012).

A(o) *Disc-jockey’s* (DJ – Deejay), é a(o) maestra(o) dos toca discos, seu instrumento principal são as *pick up’s*, ou toca-discos, ferramenta que serve para tocar os discos de vinis, mas também para o DJ manipulá-los com as pontas dos dedos (sentido horário e anti-horário) para emitir sons, denominados *scratches* (arranhões ou riscos). Na maioria das vezes, é o elemento responsável por produzir as bases instrumentais. Foi esse o primeiro elemento organizador da cultura Hip Hop, através dos bailes e festas de rua. (FREITAS, 2012; SANTOS, S., 2015; PINTO, 2014).

A(o) MC (mestre de cerimônia) foi o último elemento a se integrar a cultura Hip Hop. Algumas pessoas que se dedicaram a estudar o surgimento do movimento, destaca que o DJ assumia a maior parte das responsabilidades das festas de rua no Bronx, e na sua função de agitar o baile, sempre utilizava os microfones para dar algum recado, alertar para alguma questão ou fato ocorrido no bairro, e com o passar do tempo, foi abrindo espaço para um parceiro, o mestre de cerimônia que passa a discursar sobre os problemas socioculturais e político de seu povo (mc). (FREITAS, 2012; SANTOS, S., 2015).

Esse movimento sociocultural chegará no Brasil na década seguinte do seu surgimento, ou seja, nos anos de 1980, primeiramente nas duas maiores e principais cidades capitais do país, São Paulo e Rio de Janeiro. No contexto brasileiro, o Hip Hop se desenvolveu com características próprias do país, mas emerge também das comunidades periféricas, com sua “cultura e estética de afirmação da identidade negra”, tendo como espaços principais os “Bailes Black”, organizados inicialmente pelo *funk* brasileiro. Em terras brasileiras, as expressões do Hip Hop também assumindo estéticas negras como o cabelo “black power” e os estilos de roupa que logo enfrentaram a reprovação racista. (NETO, 2008; FREIRE, 2011; SANTOS, S., 2015).

São Paulo se destaca com os salões que agitavam as noites da cidade, tendo nos primeiros eventos atrações do Hip Hop norte-americano, mas contando com algumas representações nacionais. Nessas primeiras experiências há uma presença marcante de b-boys, não por acaso será o break o primeiro elemento da cultura e movimento Hip Hop a embalar as festas rappers no Brasil, mesmo com poucas informações sobre o que de fato era Hip Hop. (NETO, 2008; SANTOS, S., 2015).

Os anos de 1990, vai significar um novo momento para as expressões artísticas/elementos do Hip Hop no Brasil. É um período em que o movimento se consolida cada vez mais, pois vão surgir iniciativas organizadas que buscaram se reunir em torno dos quatro elementos, a exemplo as fundações dos Movimentos Hip Hop Organizado, os “MH2O”, como organizações que tinham como pretensões se tornarem representação de seus respectivos estados, através da unificação de grupos e pessoas da cultura e movimento Hip Hop. Essa movimentação a nível nacional ficou conhecida, por algumas pessoas, como a consolidação do Movimento Hip Hop brasileiro. (FREITAS, 2012; SANTOS, S., 2015).

Já na Bahia, terra dos orixás, especificamente na cidade de Salvador, segundo Valfrido Neto (2008), o Hip Hop chega e logo vai se fundindo com a história e cultura popular local, ou seja, as expressões da cultura Hip Hop são marcadas e contextualizadas a partir das tradições e legados culturais e sociais da população negra soteropolitana.

[...] fomentam-se novas leituras que perpassam todos os elementos da cultura hip-hop, com traços da cultura popular soteropolitana. Os desenhos realizados pelo grafiteiro Lee 27, espalhados pelos muros da urbe soteropolitana, ilustram essas formas de representação e intervenção em novos espaços demarcados pela juventude, que extrapolam as fronteiras

dos bairros residenciais, utilizando-se de traços da simbologia cultural afrobrasileira. Muitos símbolos da tradição ligada aos cultos de religiões de matrizes africanas vêm passando por transformações, modificados por seus adeptos e não adeptos através de uma nova linguagem estética, presente principalmente nas representações das artes. Tais simbologias vêm configurando novos sentidos às tradições que, ao invés de permanecerem estáticas e congeladas, acompanham a dinâmica das misturas. (NETO, 2008, p. 53).

O marco histórico para se entender a cultura Hip Hop como organizada na capital baiana, é também a década de 1990, com a primeira reunião “oficial” do movimento, que contou com a participação de quatro grupos de RAP e um de grafite, datada de 26 de abril de 1996. Nesse primeiro momento, não se registra a presença de grupos ou artistas da expressão/elemento do Break, as/os b-girls/b-boys, mas não significa que já não estavam atuando na cidade, afinal os bailes já operavam em alguns bairros populares. (NETO, 2008; FREIRE, 2011)

Segundo Rebeca Freire (2011), já na década de 1980, em Salvador, especificamente no bairro de Periperi, já acontecia o baile “Black Bahia” que contava com a participação de grupos de dança de funk. Um detalhe interessante, é que a autora cita dois grupos de dança de funk atuantes nesse baile, a saber, “Cobra Funk”, grupo exclusivamente formado por homens, e o grupo “Cobra Funk Girls”, formado por meninas a partir dos 10 anos de idade. Essa informação é muito valiosa por evidenciar uma representação feminina em um elemento dessa cultura na capital baiana, já nos anos 1980.

O primeiro momento de reunião desse movimento na cidade de Salvador se deu no seu centro, especificamente no “Passeio Público”, no bairro de Campo Grande, e contou com a presença dos grupos de RAP “Simples Rap’Ortagem”, “Erê Jitolú”, “Elemento X” e a “Ideologia Alicerce”, e o grupo de grafite DN. Ao passo que as reuniões e necessidades aumentavam os grupos participantes da reunião, os encontros passaram a ser organizados duas vezes na semana, sendo “uma na sexta feira, na sede da UNEGRO, uma coisa mais restrita para se pensar projetos e outra mais de lazer no Passeio Público, a gente tinha essas duas reuniões” (Jorge Hilton apud NETO, 2008, p. 57). Essa dinâmica inicial em torno das primeiras reuniões já demonstra uma articulação com a sociedade civil e com iniciativas engajadas na luta contra o racismo, algo evidente na ocupação da sede da “União de Negros Pela Igualdade” (UNEGRO).

Anos mais tarde da primeira reunião, a partir de 1998, começa a se popularizar o termo “Posse” e novas reuniões passaram a ser conhecidas como “Posse de Movimento Hip Hop”, tempos depois passa a chamar de “Posse Orí”⁵. Assim, agora como “Posse Orí”, as reuniões e ações representaram um movimento da cultura Hip Hop em um formato de organização de “posses”, entendidas como iniciativas nucleares de atuação e reflexão desse movimento em níveis locais, com reuniões periódicas, onde se discutia e divulgava agendas e ações futuras, mas também que buscava interagir com a comunidade e com pautas referentes a problemas/questões sociais que envolvesse o bairro/território de atuação. (NETO, 2008; FREIRE, 2011; BARBOSA, 2013; FREITAS, 2012).

Essa nova “roupagem” do movimento Hip Hop organizado, se articulando em posse e conquistando mais pessoas, de bairros variados, acabou se desdobrando ou estimulando a formação de outras posses de Hip Hop nos bairros de origem das/os novas/os integrantes, como a “Posse Remanescentes”, do bairro de Marechal Rondon; a posse “Fúria Negra”, do bairro de Valéria; a “Posse Quilombo Zumbi”, de Nordeste de Amaralina; e a posse “Família de Pernambués”; e muitas outras. (Jorge Hilton apud NETO, 2008, p. 64).

A Posse Orí se destaca em produzir eventos a níveis municipais e estaduais. Em 2001, produz o “Movimento Hip Hop de Salvador: perspectivas e obstáculos” e contou com o apoio do “Centro de Estudos e Serviços Ecumênicos” (CESE). Uma das motivações para o evento foi os desentendimentos entre as lideranças, ou seja, o evento buscou ser um divisor de água para apaziguar os ânimos depois de conflitos internos. No ano de 2003, o movimento Hip Hop organizado realiza o Iº e o IIº Encontro Baiano de Hip Hop, em Itapetinga (BA), já o IIIº Encontro ocorre em Vitória da Conquista (BA), em 2004. (NETO, 2008; FREIRE, 2011; BARBOSA, 2013; SANTOS, S., 2015).

⁵ Orí é um termo em *yorubá* que significa cabeça (Jorge Hilton, 2006 apud NETO, 2008, p. 64)

Figura 9. Iº Encontro Baiano de Hip Hop (Itapetinga, 2003)



Fonte: arquivo pessoal da autora

Segundo Licia Barbosa (2013, p. 140-141), a criação e a existência de várias posses em Salvador e no interior da Bahia, favoreceu o surgimento de uma nova forma de organização do movimento Hip Hop baiano, desta vez em um formato de “rede”, no ano de 2004, a “Rede Aiyê Hip Hop”, que teve em torno de 300 integrantes, sendo formada por indivíduos, grupos e posses, e atuou até o ano de 2008. Durante sua atuação, a Rede ficou responsável pela produção do IIIº Encontro Baiano de Hip Hop, dentre outras ações. Além disso, também manteve as reuniões no Passeio Público, no centro de Salvador.

O Hip Hop, ao longo de sua história e desenvolvimento, enquanto cultura e movimento, se mostrou muito potente e atuante, seus elementos e expressões artísticas sempre foram instrumentalizadas não só para denunciar as desigualdades socioeconômicas e culturais, mas também a violência que suas/seus integrantes sofrem até os dias de hoje, mas que isso, como posses e movimento organizado, o Hip Hop já nasce dialogando com as comunidades empobrecidas pelo capitalismo e abandonadas pelo poder público, desenvolvendo atividades e ações como oficinas artísticas, debates, palestras e seminários sobre sua cultura e os problemas sociais.

Embora esse histórico de ativismo social, através das expressões e elementos, seja a marca do movimento e cultura Hip Hop, precisamos entender que ele é composto por sujeitos pertencentes a um contexto e sociedade específica e globalizada, que vivem conflitos, reflexos de sua sociedade. Isso significa dizer que

dentro do Hip Hop encontraremos contradições, antagonismos, desigualdades de gênero, inquietações femininas e o emergir de um “feminismo rapper”, se articulando para denunciar o machismo e a violência contra as mulheres. Assim, nos tópicos seguintes, conheceremos essa representação feminina, algumas dessas agentes sociais de Salvador/BA, suas trajetórias e atuações no movimento Hip Hop.

3.1. LUGAR DAS “MINAS” É TAMBÉM NO HIP HOP! A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM SALVADOR/BAHIA.

Quando o Hip Hop brasileiro começou seu movimento, a participação era predominantemente masculina, e algumas das poucas mulheres que existiam ocupavam lugares de coadjuvantes e não protagonistas. Na minha vivência no movimento Hip Hop, pude observar isso de perto, algo que não mudou muito, considerando que ocorre até nos dias atuais.

Nessa dinâmica, pude perceber que, infelizmente, alguns “manos” ainda exercem, muitas vezes, um papel de sabotador: as mulheres, na maioria das vezes, não são convidadas para cantar nos eventos produzidos por homens; o tempo de participação em shows, em muitos casos, é menor, ou seja, as mulheres ainda são silenciadas e invisibilizadas o tempo todo, por muitos integrantes masculinos. Por outro lado, em termos quantitativos, essa participação feminina tem crescido significativamente, e as mulheres entraram em ação, se tornando protagonistas de suas próprias “cenas”, principalmente para enfrentar o machismo.

É verdade que a participação das mulheres em termos quantitativos no hip-hop é menor em relação à dos homens, mas tem se ampliado cada vez mais por conta de posturas altamente combativas contra a predominância masculina no hip-hop que, geralmente, desembocava em representações negativas e ofensivas em relação às mulheres [...] (BARBOSA, 2013, p. 113)

Segundo Lícia Barbosa (2013) esses aspectos de negação e ofensas, pode ser visto de forma repetitiva em algumas letras de muitos rappers, a exemplo de umas das músicas dos Racionais Mc's, “Mulheres Vulgares”.

[...] Pra ela, dinheiro é o mais importante (pode crê)

Sujeito vulgar, suas idéias são repugnantes
 É uma cretina que se mostra nua como objeto
 É uma inútil que ganha dinheiro fazendo sexo
 No quarto, motel, ou telas de cinema
 Ela é mais uma figura viva, obscena
 Luta por um lugar ao sol
 Fama e dinheiro com rei de futebol
 No qual quer se encostar em um magnata
 Que comande seus passos de terno e gravata (otária)
 Ela quer ser a peça central em qualquer local
 Que a julgue total, quer ser manchete de jornal
 Somos Racionais, diferentes, e não iguais

Mulheres vulgares, uma noite e nada mais
 Mulheres vulgares
 Mulheres vulgares, uma noite e nada mais
 Mulheres vulgares
 Mulheres vulgares, uma noite e nada mais [...]. (Racionais mc's, 1990)

Foi sobretudo na década de 1990 que as mulheres ganham visibilidade dentro do Hip Hop brasileiro e “tomaram de assalto” o seu lugar, seja ele no rap, no breaking, no grafite ou na discotecagem. Nesse espaço, com o envolvimento dessas mulheres, várias pautas que não eram abordadas começaram a ser exploradas pelo mundo feminino, mesmo com muitas dificuldades encontradas durante o percurso. Discussões sobre machismo, patriarcado, violência contra as mulheres, auto estima, a solidão da mulher negra, a independências das mulheres, entre outras temáticas, que os “manos” não discutiam, passaram a ser debatidas por elas. Muitas mulheres hoje em dia, deixam de estar no Hip Hop por motivos variados, não somente por causa do machismo e o sexismo impregnado também no Hip Hop, algumas vezes por decisão própria de cada uma, mesmo que seja por outras questões sociais, algo que vou relatar mais à frente.

Com o engajamento das “minas” no Hip Hop, elas se articularam em diversos Estados do Brasil e passaram a construir um movimento próprio. Entre as diversas ações que foram feitas, outros movimentos se propagaram dentro do Hip Hop, fortalecendo ainda mais as mulheres e dando mais visibilidades a elas.

Nessa ampliação da participação feminina, um dos primeiros movimentos de mulheres que nasceu dentro do Hip Hop foi o “Coletivo Minas da Rima”, de São Paulo, que surgiu em 1999, criado pelas rappers Rúbia, Cris Lady Rap, Sharylaine e Paola. Esse movimento foi considerado como um pontapé inicial para que outras mulheres surgissem na cultura e movimento Hip Hop de todo o Brasil. Na Dissertação de Mestrado de Marina Lima (2005), intitulada “Rap de batom: família, educação e gênero no universo rap”, a autora diz que, em conversa com Rúbia, uma

das integrantes do coletivo, ela relata que a ideia da iniciativa é de cooperação, tanto com as mulheres, quanto com os homens, e não de competição.

Segundo Atiely Santos e Fernanda Sunega (2009), o “Coletivo Minas da Rima” surge com o objetivo de dar visibilidade para a participação de jovens mulheres na cultura e movimento Hip Hop a nível nacional, através de palestras, intercâmbios e oficinas. Além disso, as autoras completam que a partir de 2004, o Coletivo organizou diversos encontros de mulheres do Hop Hop, onde discutiram sobre a temática violência contra as mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, participação e ação política das jovens, além de participarem de intercâmbios, congressos, palestras e fóruns.

Uma vez protagonistas, condutoras e agentes de ações e debates dentro do movimento Hip Hop, essas mulheres buscam, através da participação política, social e cultural, mostrar que o lugar da mulher é onde ela quiser, mesmo que o pensamento patriarcal, misógeno e machista esteja impregnado dentro da cultura Hip Hop. Depois do surgimento desse coletivo, outros movimentos de mulheres passam a surgir em todo o Brasil. As mulheres do Hip Hop perceberam que através dos elementos da cultura Hip Hop, e da militância, é possível reivindicar seus espaços internos e externos ao movimento.

Em meio a tanta efervescência, logo foram surgindo várias organizações e “movimentos dentro do movimento” em formatos diferenciados em âmbitos locais, municipais e nacionais, a exemplo da “Associação Hip Hop Mulher”⁶ (SP), que surge a partir da organização do projeto “Mulheres do Hip Hop cantam as realidades” (2007), para a produção de duas coletânea de RAP só com mulheres e músicas com temáticas de sociais; e a criação da Frente Nacional Mulheres no Hip Hop-BR (FNMH2⁷), em 2010, a partir do Iº Fórum de Mulheres no Hip Hop (SP) . (BARBOSA, 2013, p. 116).

Dentre os diversos encontros que aconteceram em diferentes estados do Brasil, podemos citar, o 1º Encontro Hip Hop Mulher que aconteceu em 2009 em São Paulo com a participação de mulheres brasileiras e de outros países; O encontro Nacional de Grafiteiras que aconteceu em Porto Alegre/2005, Santo André/2007 e Salvador/2009; 1º Fórum de Mulheres no Hip Hop realizado em São

⁶ Atualmente estão ativas e atuando enquanto projeto e ponto de cultura. Verificar o Facebook: <https://bit.ly/3DCTtlv> e a o site: <https://www.hiphopmulher.org/>

⁷ Verificar o Facebook da Frente Nacional Mulheres no Hip Hop: <https://bit.ly/3ov6rO7>

Paulo em 2010; VI Encontro de ‘Mulheres em Ação’” Itinga em 2006; I Encontro de Mulheres do Hip Hop realizado em 2003 na cidade de Salvador, entre outros. (BARBOSA, 2013).

Figura 10. IV Fórum Nacional de Mulheres no Hip Hop (setembro de 2015)



Fonte: [Portal Mulheres no Hop Hop](#) (2015)

Esses encontros proporcionaram a essas mulheres uma articulação muito significativa, pois muitas delas não imaginavam que estava surgindo uma diversidade enorme de mulheres atuando com os 4 elementos do Hip Hop. Os eventos em níveis locais, municipais, estaduais, regionais e nacionais, possibilitaram conexões e intercâmbios importantes, mostrando que a mulher rapper de São Paulo não estava sozinha no movimento, que o machismo dentro do Hip Hop de Porto Alegre não era isolado, ele operava e atingia as rappers de Salvador, Itinga e de todo Brasil. Essa movimentação também foi potencializada pela internet e as novas tecnologias, que possibilitaram novas formas de divulgação, contatos, diálogos e conexões.

As novas tecnologias, sobretudo a internet, têm sido uma ferramenta fundamental para a expansão do hip-hop no mundo, no Brasil e, entre as mulheres participantes do movimento, não tem sido diferente. Utilizada para estabelecer contatos, facilitar articulações, divulgar produtos do movimento, CDs, publicações, trocar experiências, potencializar trocas e informações. O acesso e o compartilhamento de conteúdo não só relacionados ao universo hip-hop, mas as realidades próximas a ele, têm sido possibilitados por esta ferramenta. (BARBOSA, 2013, p. 122)

Na Bahia, a representação feminina no Hip Hop pode ser percebida a partir do surgimento de grupos de RAP, de dança de rua (break) e de grafite, formados por mulheres e/ou contando com a participação delas, além das DJ's do sexo feminino.

No elemento/expressão RAP, na cidade de Salvador, podemos citar, em ordem cronológica, a rapper Dina Lopes, integrante (*back vocal*) do grupo Último Trem (1996), composto por homens; em seguida surge o grupo "O Grito" (1998), composto só por mulheres; no grupo "Fúria Consciente", formado majoritariamente por homens, Mara Asantewaa se insere em 1999; o grupo "Realidade à vista", só mulheres (1999); o grupo "Hera Negra" (2001), composto por mim e mais três mulheres negras; em 2003, surge o grupo feminino "Neuróticas", em 2003, (depois renomeado Audácia); e nos anos de 2005 e 2009, surgem, respectivamente, os grupos "Munegrале" e "Tropa Sagaz", ambas formados somente com mulheres, dessas duas, participei do segundo grupo; Em Lauro de Freitas, destaco o surgimento do grupo de "Chenzira", em 2003. (BARBOSA, 2013). Importante destacar que muitos outros grupos continuam surgindo até os dias de hoje.

Figura 11. Show do grupo de RAP "O Grito"



Fonte: Arquivo pessoal da autora

No elemento Grafite, surgem inicialmente as grafiteiras Márcia Monteiro (Tika), Paula (Mima), ambas em 1994, e Bárbara Alcântara (Pink), em 1995; em seguida surgiram, Ezib, da Crew Graffiti Contemporâneo que ilustrou um dos Fanzines "Zine ORlgens", em 2004, sobre mulheres no Hip-Hop baiano – produzido

pela Posse Orí; Outros nomes surgiram tempos depois, como Brisa, Lika, RBK, Tétis, Sirc, APF e Tami, além de Mônica Reis (2005), que criou a “Toque Feminino Crew”; Sista Kátia que criou a Sista Crew (em 2006) e Rebeca Lawinsky, em 2006. (BARBOSA, 2013; MIRANDA, J., 2021⁸). Na expressão DJ, destaca-se Nai Kaiese (2012); DJ Belle (2015), dentre outras que surgem até os dias de hoje.

No break (ou dança de rua), segundo Jorge Hilton Miranda (2021), por volta de 1986, com as aulas de break do B-boy Fafal, do subúrbio ferroviário de Salvador, surge as primeiras B-girl’s Lane, Ilmar Aline, Ninha, Adriana, Gordinha e Chocha; mais tarde, outras mulheres se inserem, a exemplo de Thina Break (1996), que chegou a participar do grupo “Dragon Dance”; “Nayala Crew B.girls”, grupo, fundado em 2011 por Negramone e Josy Pimentinha. e integra a “Liga Baiana de B.boys e B.girls”, em 2012, idealizada pelo grupo Independente de Rua. (SANTOS, S., 2015).

Algumas dessas mulheres e grupos também integram tanto a “Posse Orí”, quanto a “Rede Aiyê Hip Hop”, dentre outras posses. Destaco alguns grupos e pessoas, como o grupo “O Grito”, Mara Asantewaa (que também integrou a Posse Conscientização e Expressão - PCE), Elianna Valadares, Dina Lopes, Aline Soares (Aline Negríndia) e Jamile Soares (integrantes do Realidade à vista e da Posse Família de Pernambués), Sílvia Santana, conhecida como Sil Kaiala, (Hera Negra e Tropa Sagaz), Paula Azeviche (Simples Rap’ortagem), Simone Gonçalves (Negramone), Cíntia Ribeiro (Neuróticas), Vivian Oyasi, Hildália Fernandes, Ana Pati Dias, Jussara Rocha, Luciana Rangel; dentre outras.

A participação dessas mulheres na Posse Orí e na Rede Aiyê Hip Hop, não foi meramente representativa, elas se articularam, ocuparam espaços, reivindicaram pautas e até produziram eventos e ações que discutiram temáticas de interesse das mulheres e, principalmente, denunciavam ou questionavam as desigualdades de gênero, o racismo, a violência contra as mulheres e o patriarcado, entranhados na sociedade e reproduzidos no movimento e cultura Hip Hop. Essa movimentação e articulação das mulheres, bem como suas trajetórias, motivações e atuações, são questões importantes que abordarei no tópico a seguir, pois, acredito estarem intimamente ligadas as suas decisões em empreenderem lutas e ações coletivas e individuais de forma articulada ou isolada (pessoal).

⁸ MIRANDA, Jorge Hilton. Bahia com H de Hip-Hop (2021). Edição do Kindle.

3.2. “LINDAS YABÁS”: TRAJETÓRIAS, MOTIVAÇÕES E ATUAÇÕES DENTRO DO MOVIMENTO HIP HOP.

Para melhor compreender a atuação das mulheres do Hip Hop soteropolitano e suas atuações, é necessário conhecermos, mesmo que de forma breve, as suas trajetórias, considerando quais foram os caminhos ou motivações para adentrarem o universo do movimento e cultura Hip Hop. Quando analisamos algumas falas de parte dessas agentes sociais, registradas em outras pesquisas, percebemos a diversidade de caminhos que possibilitaram suas respectivas entradas no movimento, que serviram de motivações.

Penso ser pertinente, neste tópico, iniciar a partir de minha trajetória, experiências e atuação, pois falar das mulheres do Hip Hop de Salvador (BA), e do próprio movimento, é falar também de Silvia Santana, a rapper Sil Kaiala, é falar de uma parte da minha vida que muito me conduziu até essa pesquisa e escrita.

Conheci o movimento e cultura Hip Hop através do elemento e expressão RAP, a partir do ano de 1997, numa escola pública, onde estudava no ensino médio. Meu primeiro contato foi com uma apresentação de trabalho escolar, onde fizemos uma paródia com uma música do grupo de RAP “Racionais mc’s”, intitulada “Diário de um detento”. A partir disso, comecei a andar com uns colegas meninos, que grafitavam, ouvíamos RAP, assistíamos vídeos e observamos os estilos de roupa, então, decidimos nos caracterizarmos para a apresentação. Estilo de roupa que passei a usar quando comecei a cantar.

Em 2000, conheci Lázaro Erê, fundador dos grupos de RAP "Erê Jitolú" e "Opanijé", que me levou ao meu primeiro show de RAP em Salvador, e logo após, conheci a Posse Orí. Depois passei a frequentar as reuniões no Passeio Público e não parei mais. Me identifiquei muito com a militância, o que me levou a formar um grupo de RAP em 12 de abril de 2001, chamado Hera Negra, junto com outras duas mulheres que já faziam parte da Posse Orí, Negramone e Paula Azeviche.

Figura 12. Show de lançamento do álbum solo de Sil Kiala (2015)



Fonte: Arquivo pessoal da autora

O RAP se tornou algo indispensável em minha vida, emerge uma necessidade de me expressar, de poder denunciar as desigualdades e injustiças que passei a enxergar no meu cotidiano. Além disso, as formações e discussões no Hip Hop despertaram minha autoestima, a valorização de minha identidade enquanto mulher negra, e me ajudar a entender como o machismo opera, a ponto dessas temáticas passarem a estar presentes nas minhas letras de RAP.

NÓS SOMOS

Nós somos
 Aquela não se humilha, e não se cala
 Que menstrua todo mês e sente cólica
 Que cuida da família, na correria e na vitória
 Guerreiras de fé que nunca perdem a batalha.
 [...]
 Nós somos
 Os Pretos que vivem no gueto
 As pretas que são estupradas
 Os pretos que sofrem preconceitos
 As pretas que não tem medo de nada
 [...]
 Nós Somos
 Pretas, lindas e poderosas.
 Pérolas do gueto prontas para batalha
 A tropa que vai bater de frente
 Sagaz, com estilos diferentes. (SIL KIALA, 2009)

Algumas de nós mulheres do Hip Hop, antes de aderirem essa cultura, já participavam de outros movimentos e iniciativas, até mesmo instituições sociais, é o caso do relato⁹ da ativista/rapper Vivian Cruz (Vivian Oyasi), que já era militante do movimento negro, integrante do Movimento Negro Unificado (MNU), do Centro de Artes e Meio Ambiente (CAMA) de Alagados/Itapagipe/Salvador, e do Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA). A atuação nessas instituições aproximou Vivian de agentes do Hip Hop, e conseqüentemente da Posse Orí e PCE. Importante ainda destacar que Vivian já ouvia RAP, e de uma mulher, Sharylaine.

[...] no meu decorrer da minha história, eu conheci o MNU, conheci o CAMA que são pessoas que também vieram do MNU. Depois, no decorrer da história, a gente fundou a cooperativa chamada CAMAPET, de reciclagem; aí a gente conheceu o hip-hop. Só que eu já tinha interesse... muito, gostava muito, ouvia muito, principalmente Sharylaine, que é a primeira mulher do hip-hop no Brasil, que ela mora em São Paulo. E aí, a gente, eu ouvia muito. Só que, assim, como a cooperativa tinha muitos jovens, a gente decidiu trazer uma referência e trouxe os Racionais MC's; pronto, aí eu conheci a Posse ORI (1998) [...] Aí eu fiz muita amizade com Jorge, porque eu, também, no decorrer dessa minha história, entrei no CRIA. Fiz teatro no CRIA, conheci Negra Mone, conheci o Ricardo na pré-conferência de juventude, em Brasília, que também Ricardo Andrade é uma das lideranças de Lauro de Freitas da Posse PCE. E aí comecei. (Vivian apud BARBOSA, 2013, p. 55).

Uma questão bem interessante a respeito de algumas trajetórias é que, em geral, muitas de nós mulheres do Hip Hop soteropolitano, tivemos como marco de entrada no movimento um ou dois elementos do Hip Hop. No meu caso, o RAP e o grafite. Na experiência de Vivian, o primeiro contato foi o RAP, em especial o RAP de uma MC. Porém, no caso de Mara Asantewaa (Fúria Consciente e PCE), seu contato com os elementos começa com o RAP, mas o principal motivo de tomada de decisão para adentrar o movimento Hip Hop foi exatamente a questão social.

A rapper em questão, em entrevista com a pesquisadora Licia Barbosa (2013), relata que conheceu a “galera” do Hip Hop no bairro onde mora (Itapuã), andou de skate e ouvia RAP. Em um determinado dia, essa “galera” a convidou para ir em uma reunião da Posse Orí, que em seguida a levaram para um evento na Gamboa de Baixo, bairro da cidade de Salvador, em que uma mulher discursava contra o projeto de remoção dos moradores para dar lugar a uma construção de condomínios. Mara diz que aquilo a motivou, que viu ali várias manifestações

⁹ Entrevista concedida à Licia Barbosa, para pesquisa de mestrado intitulada “Eu me alimento, eu me alimento, força e fé das labás buscando empoderamento! expressões de mulheres negras jovens no hip-hop baiano” (UFBA).

culturais, da capoeira aos elementos do Hip Hop, passando pela poesia, e aquilo a convence a ficar no movimento.

Eu sempre morei em Itapuã, aí, lá, eu conheci a galera, andava de skate, ouvia rap, e tal. Aí, “vamos pra reunião da Posse”, e não sei o quê. Aí, vamos, eu fui com meus amigos [...] E aí, um dia rolou um evento aqui na Gamboa de Baixo. E vai Mara para a Gamboa de Baixo, que mal conhecia Salvador – eu tinha 17, 18 anos na época. E chego na Gamboa de Baixo e vejo um monte de gente, mulheres, crianças, idosos, jovens, adultos, homens e mulheres. Aí tinha capoeira, tinha rap, tinha grafite – e todo mundo tava ali – tinha poesia. E todo mundo tava ali, junto, naquele lugar, numa manifestação cultural e política porque, naquele momento, o governo tinha um projeto de desapropriar toda aquela galera da Gamboa de Baixo pra construir esses grandes prédios e tal. E aquilo me encantou. [...] uma senhora no palco, ela falava, fazia uma manifestação muito forte. E era uma coisa muito imbricada uma na outra, o rap, aquela coisa. E, pronto, “é esse negócio aqui que eu quero pra mim, tô gostando disso. [...]Essa questão social, essa preocupação política do hip-hop me atraiu. Não foi o rap, não foi o grafite, não foi o DJ, não foi o b-boy. Foi essa preocupação política. [...] (Mara Asantewaa apud BARBOSA, 2013).

Uma outra mulher entrevistada pela pesquisadora Licia Barbosa, na mesma pesquisa, apresenta uma trajetória muito complicada e sofrida, porém de luta e superação, ao ponto de se apropriar da arte para comunicar e alertar para algumas temáticas que fizeram parte de sua vida. Me refiro a Mônica Reis, que se torna grafiteira no ano de 2006, mas já acompanhava o marido Pinel, também grafiteiro e ex-pichador.

Mônica diz que levou uma vida conturbada, que ela, os irmãos e a mãe foram abandonadas/os pelo pai quando eram novas, algo foi complicador para as relações familiares. Ela também relata que o convívio dentro de casa foi de violência, apanhava muito da mãe e que entende, depois de adulta, que tudo aquilo foi fruto de vários outros fatores, e que não culpa a mãe. Essas condições levaram Mônica a viver a dinâmica das ruas muito cedo, e foi assim que conheceu Pinel. Diz também que libera suas expressões na arte, seu sofrimento, a adolescência perdida, retratando a violência contra as crianças e pontua que o grafite a ajudou muito. Já como grafiteira articulada, Mônica já organizou festivais, fundou grupos e se inseriu na Rede NAMI – formada por mulheres com intuito de usar a arte como mecanismo de transformação e promoção dos direitos das mulheres. (BARBOSA, 2013).

[...] Meu pai ficou quinze anos com a minha mãe, deixou ela, abandonou ela com os filhos e foi uma luta para ela criar a gente [...] A gente acabou tendo responsabilidade muito cedo, todo mundo.

[...] Sabe aquela situação que eu vivia, apanhava muito, minha mãe me batia muito, me xingava, então, para mim, não era legal ficar ouvindo xingamento, tudo, eu não conseguia me estruturar em nada, nem estudar, entendeu, não conseguia, na verdade, eu nem queria ficar em casa devido a agonia e confusão que era a minha casa. [...] Então, eu também não culpo ela, porque também não foi fácil para ela [...]

[...] Então, meu marido era pichador, né, Pinel, ele começou a pichar a cidade e tal, [...] a prefeitura chamou ele para trabalhar como grafiteiro. [...] com pouco tempo, eu fui tentar entrar também, que eu também acompanhava ele, [...] o coordenador do projeto me concedeu de eu tá no Projeto Salvador Grafita, [...] Aí, teve o encontro, Primeiro Encontro de Grafiteiros, no Largo do Papagaio, que falou da importância da mulher no grafite, que eu comecei a gostar e, até hoje, eu estou nessa onda de grafitar, gosto. [...] eu sempre pinto, eu libero, é, as minhas expressões na arte, meu sofrimento, a adolescência perdida, essas coisas, falta de amor, violência contra a criança, contra adolescente, então, eu, hoje, o grafite me ajudou bastante [...]. (BARBOSA, 2013, p. 82-86)

A trajetória de Simone Gonçalves Santos, a Negramone, ex-Hera Negra e fundadora do grupo Munegrade, começa num trânsito de diferentes espaços artísticos. Negramone, em sua dissertação de mestrado, relata sua trajetória partindo de reflexões familiares, sendo filha de mãe solteira, ela entende que todas as mulheres de sua família foram/são feministas, por alertarem-na sobre a importância de se sentir linda como mulher negra.

É na dinâmica familiar, com a preocupação de sua mãe de lhe proporcionar uma educação cultural, que ela é matriculada no curso de dança da Fundação Cidade Mãe. Essa inserção no curso de dança lhe apresentou as danças populares nordestinas e outras expressões artísticas, como o frevo, o teatro de rua, a capoeira regional e angola, etc.; e instituições Escola de Dança da UFBA, Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), Grupo de Frevo de Pernambuco, dentre outras. (SANTOS, S., 2015).

Foram com essas movimentações culturais e institucionais que Negramone adquiriu novos saberes, tanto sobre o universo da dança, quanto sobre racismo, feminismo negro, machismo e sexismo, mas também foi assim que ela conheceu o movimento e cultura Hip Hop da cidade de Salvador, através do “Movimento Artístico Cultural Pela Cidadania” (MIAC), constituído por ONG’s e instituições governamentais. Logo, Negramone identifica com o movimento, especialmente pelo “breaking”, principalmente por lembrar os movimentos corporais da capoeira regional e angola já que na mesma época participava de um grupo de capoeira.

Após o primeiro contato, tendo a dança de rua como elemento mobilizador de seu interesse, Negramone busca mais informações sobre o Hip Hop e chega até a

Posse Orí, passando a frequentar as reuniões. É nesse momento que a rapper aprende que não se trata apenas de diversão e “arte pela arte”, mas de um “movimento cultural político-revolucionário”. Já inserida no movimento Hip Hop, nos conhecemos, e eu (enquanto Sil Kaiala), a convidei para integrar o grupo de RAP “Hera Negra”, composto só por mulheres negras. É também através de mim, que Negramone começa a treinar seus primeiros passos de “breaking”, além de participar de aulas de dança de rua em grupos já articulados no cenário do Hip Hop, em workshops nos Encontros Baianos de Hip Hop, organizados pelas posses baianas de Hip Hop, se tornando uma B-girl.

Naquela oportunidade, aprendi que o movimento HipHop não era apenas diversão ou arte pela arte, mas um movimento cultural político-revolucionário. Nessa mesma época fui convidada por Sil Kaiala a formar um grupo de rap composto por mulheres negras que mais tarde veio a se chamar Hera Negra e onde permaneci de 2000 a 2004, desenvolvendo habilidades em escrever e criar composições musicais. Foi através de Sil Kaiala, cantora e ativista do movimento HipHop, que comecei a treinar alguns passos do Breaking. Como tinha o gosto pelo estilo de dança e por ter facilidade em pegar os movimentos de modo rápido, uma vez que os mesmos eram semelhantes a outras técnicas da capoeira e do frevo, pude conectar os dois estilos de dança e, por conta disso, comecei a praticar nas praças da cidade de Salvador, nas aulas do grupo América Bahia, Estilo Brasil, Quebrada de Rua, crews de Breaking em Salvador e nos workshops oferecidos nos Encontros Baianos de HipHop10, organizados pela Posses de HipHop do estado da Bahia. Dos estilos de Dança de Rua, o Breaking foi que mais me chamou atenção. (SANTOS, S., 2015, p. 25)

Essas são umas das agentes que compõem o movimento de mulheres do Hip Hop soteropolitano. É notável como suas trajetórias se cruzam tanto na Posse Orí, em alguns casos, quanto nos elementos/expressões do Hip Hop, além de se entrelaçarem em seus cotidianos e atuações diversas, em praticamente todos os casos.

Mesmo sendo numericamente poucas, dentro das posses, nós mulheres do Hip Hop não nos curvamos diante do machismo e de suas formas de violência e de operar. Empreendemos debates, articulações e lutas dentro do movimento, não só por espaços e tempos de participações iguais nos shows, mas principalmente por falas nas discussões, por pautas amplas de nossos interesses nas reuniões, além de atenção e inserção de temáticas nos encontros de Hip Hop, por vezes, produzindo nossos próprios encontros, para pensarmos sobre nós, conosco, avaliarmos nossas participações na cultura Hip Hop, e nos articularmos a níveis municipal e estadual.

No primeiro momento de ocupação das posses, em especial da Posse Orí, inserção e participação das mulheres no Hip Hop organizado, não se deu pacificamente, ou melhor, não aconteceu sem que encontrássemos o conflito como presença assídua nas reuniões. Mara Asantewaa, destaca que as mulheres eram poucas nas reuniões, mas que sempre tinha uma de nós que questionava a composição de equipes, comissões ou tarefas, a exemplo de Eliana Valadares, e seu ativismo e presença marcante dentro da Posse Orí. (Mara apud NETO, 2013).

Mara diz também que a representação e atuação feminina oscilava muito, devido às necessidades e afazeres da vida, algo marcante entre nós mulheres. Além disso, a rapper em destaque diz que as posses formadas nos bairros também ajudaram a repor a ausência de mulheres nas reuniões da Posse Orí e Rede Aiyê.

As discussões não começaram de maneira nítida como existe hoje, era uma coisa mais tímida, eram poucas as mulheres, mas que estavam sempre se colocando “não, tem que ter uma mulher aí”, eu me lembro de Eliana, eu sinto muita falta de Eliana, correria doida, era uma mulher à frente, correndo atrás, era uma atuação que já existia, mas que não era legitimizada [...] Tem um momento que tem uma defasagem, as mulheres começam a sumir, quando eu cheguei Eliana, Tuca, Elen, depois somem essas mulheres, eu me lembro que eu já cheguei a me encontrar no hip hop com três ou quatro mulheres no máximo comigo em reuniões, Aline, Jamile de Pernambués, mas cada um vai cuidar das suas vidas e pra mulher é mais complicado ainda [...] Ai depois vão surgindo, vão chegando outras mulheres, na verdade o surgimento dessas outras mulheres eu acredito que vem muito das posses, desse trabalho nas comunidades, um dia aparece uma mulher de São Caetano, ai depois aparece uma mulher de Castelo Branco, de Cajazeiras, não sei quem, mesmo sumindo a maioria, fica uma, duas, três ou quatro (Mara, 2008 apud NETO, 2013, p. 84)

Essa dinâmica não impediu de o movimento de mulheres de Salvador produzir discussões e levantar pautas sobre sua presença dentro do Hip Hop. Uma das grandes e notáveis vias foram as dos eventos de níveis municipais e estaduais, os “Encontros Baianos de Gênero e Hip Hop”. No total se produziram três e entre um ou outro ocorreram encontros de algum dos elementos.

O Iº Encontro Baiano de Gênero e Hip Hop acontece na cidade de Salvador, em julho de 2003, sendo que no mesmo ano as mulheres organizaram o “Iº Campeonato de Freestyle Feminino” (Salvador); no ano seguinte (2004), produzimos o “IIº Encontro Baiano de Gênero e Hip Hop”, dentro do “IIIº Encontro Baiano de Hip Hop”, em Vitória da Conquista (BA); nosso “IIIº Encontro Baiano de Gênero e Hip Hop”, por sua vez é realizado em Lauro de Freitas (BA), no ano de 2005.

Importante destacar que o IIIº Encontro Baiano de Gênero e Hip Hop foi um marco importante para as mulheres do movimento inseridas na Rede Aiyê Hip Hop, pois, somado a outras atividades que já vinham acontecendo, as suas reflexões e discussão resultaram na criação do “Núcleo de Mulheres da Rede Aiyê Hip hop” (Salvador), com o objetivo de “disseminar e empoderar as mulheres a partir da arte, nos quatro elementos da cultura Hip Hop, em Salvador”. Vale lembrar, que nesse cenário, outra posse ganhou um núcleo de mulheres, dessa vez em Lauro de Freitas, a Posse Consciência e Expressão (NETO, 2008; FREIRE, 2011; BARBOSA, 2013).

Figura 13. IIIº Encontro Interestadual do Gênero Hip Hop (Lauro de Freitas Março 2005)



Fonte: arquivo pessoal da autora

Outro destaque importante nessa atuação das mulheres do Hip Hop Baiano e soteropolitano, que não pode deixar de ser mencionado, é “Curso de Formação de B-girls¹⁰” (2008), produzido pelo de Núcleo de Mulheres da Rede Aiyê Hip Hop em parceria com a Fundação Ângela Borba de Recursos para Mulheres, contando com o apoio do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA), Teatro Gregório de Matos e Fundação Cultural do Estado da Bahia. Por fim, em 2010, as mulheres do Hip Hop realizava o “Seminário Lugar de mulher é também no Hip Hop”, em Salvador.

¹⁰ Conferir o blog do curso em: <http://cursobgirls.blogspot.com/>

Para Udi Santos, mulher negra, rapper, produtora, cantora e Mc, o caminho para sua entrada no Hip Hop se deu com a dança de rua, “breakdance”, embora admita que não chegou a dançar na época, gostava de observar, admirava, não se sentia a vontade de entrar na roda pela predominância de homens no movimento, mas considera que a partir disso, a cultura Hip Hop entrou na sua vida. Porém, foi o RAP a principal expressão em que se envolveu, se tornando Mc, após a morte de seu pai, algo que lhe entristeceu. A válvula de escape de Udi Santos foi a escrita, logo os microfones e a música. (Udi Santos, 2020¹¹).

Outro momento decisivo para a rapper Udi foi o ano de 2016, com o encontro com outras mulheres que já cantavam e militavam em movimentos, através de uma proposta “Cypher das Pretas”, idealizado por Sueide Kintê, produzido por Sista Katia (Grafiteira) e DJ Nai Kiese, algumas de suas referências. Em 2017 funda, com outra mulher negra, o grupo “Visioonárias”, e mais adiante o grupo se desfaz e ela segue cantando solo. (Idem). As letras de Udi nos apresenta narrativas diversas que vão desde uma reflexão sobre o ambiente do RAP, de seus direitos de brilhar na vida até a valorização da beleza da mulher negra.

ESPELHO¹²

Olho no espelho meu deus mais que deusa, onde tava com tanta beleza?
 Ela sempre esteve aqui, seu olhar desviava de mim
 Olha só o que diz não convêm, tempo passou eu estava refém
 Muitos anos me vi escondida sem saber o sentido da vida
 Foi que ninguém te disse o quanto você é linda
 Sua beleza irradia é uma obra prima
 O seu cabelo crespo e sua pele escura
 Só te dão forças pra manter essa sua armadura (Udi Santos).

Amanda Rosa é outra rapper que merece um destaque, sua atuação e engajamento nos evidencia uma continuidade do movimento de mulheres do Hip Hop baiano e soteropolitano. Natural de Seabra (Chapada Diamantina/BA), mora em Salvador desde o ano de 2008, é MC, atriz, escritora e poeta. Amanda é mais uma de nós, mulheres negras, que encontrou no Hip Hop uma bússola para novos trajetos e perspectiva de vida. Diferente das outras mulheres lembradas até aqui, Amanda Rosa, encontrou o caminho para o Hip Hop através dos “Slams poéticos” (Batalhas de poesias faladas), o que a motiva a escrever e ir para os palcos e “rings”

¹¹ Entrevista para o blog Submundo do Som. Verificar em:

<http://www.submundodosom.com.br/2021/08/udi-santos-poesia-e-forca-do-suburbio.html>

¹² Verificar no canal da rapper no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=M0-czENjnpE>

das batalhas de Mc's. Assim, as letras de RAP e as poesias de Amanda, bem como as suas rimas improvisadas nas batalhas de Mc's e nos slams, carregam temas feministas e denunciam as desigualdades sociais.

CRIME INAFIANÇÁVEL (POESIA)

De onde eu venho
Estuprar uma mulher é crime inafiançável
não nas leis do estado
mas nas leis antigas
na lei divina

Apois imagina
sair de dentro de uma vagina
e não ter nenhum receio
de meter sua pica ao meio
e ao final, não restar nem o medo
de morrer entre pernas minhas? [...].
Imagina. (Amanda Rosa - poesia)

Tanto Udi Santos, quanto Amanda Rosa, integram movimentos de mulheres no movimento Hip Hop, discutindo temáticas voltadas para o feminismo e a importância da representação feminina na cultura Hip Hop, além de debates sobre estratégias de enfrentamento e empoderamento das mulheres. Udi participou da organização do evento “O Culto - Plenária da Frente Nacional de Mulheres do Hip Hop Bahia”, organizada pela FNMH2-BA. Amanda Rosa se articulou com outras mulheres e participou de ações, eventos e iniciativas como o coletivo “Arminina” que promovem conversas sobre questões feministas, dentre outras atividades. (MIRANDA, R., 2019).

Figura 14. Reunião Convocatória da FNMH2-BA.



Fonte: Pagina da FNMH2-BA

Essas articulações e atuações tiveram seus altos e baixos, mas em alguma medida atravessa os anos e chega nos dias atuais, com outras mulheres entrando em cena, se expressando entre os quatro elementos do Hip Hop, produzindo ações e eventos com pautas femininas e/ou feministas, dando continuidade não somente para a cultura Hip Hop, mas também para seu caráter político e articulado.

No capítulo a seguir, analisarei algumas produções artísticas dessas mulheres tendo os elementos e expressões do movimento e cultura Hip Hop como instrumentos de denúncia, de enfrentamento e combate à violência contra as mulheres, contra o patriarcado e o machismo.

4. GUERREIRAS DE SI MESMAS, MULHERES DESTEMIDAS”: O HIP HOP ENQUANTO MECANISMO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

As mulheres do movimento e cultura Hip Hop, articuladas em grupos, posses e núcleos de mulheres, ou até mesmo de forma individual, não somente atuaram e colaboraram para a construção de um movimento e cultura Hip Hop baiana e soteropolitana, elas pautaram as mesmas temáticas que os homens rappers, como racismo e desigualdades, mas também reivindicaram e trouxeram para o debate interno, temas negligenciados e de seus interesses, como as questões de gênero e de machismo, principalmente pela via dos Encontros de Hip Hop.

Essa atuação não se limitou aos eventos/encontros, elas também agiram através das suas produções artísticas entre os quatro elementos, RAP, Break, DJ e Grafite, fazendo de sua arte instrumentos comunicativos, informativos e de formação/reeducação, sobre patriarcado, machismo e violência contra as mulheres. (FREIRE, 2011; BARBOSA, 2013).

Com maior evidência, as letras dos raps do grupo Munegrade expressam afirmação, orgulho em relação à pertença étnico-racial, ideias de enraizamento, exemplos, em relação à nossa ancestralidade negra. Neste sentido, o corpo feminino negro se torna um local fundamental para essas expressões. Outro tema presente nas músicas é a denúncia da violência praticada contra as mulheres pelos homens ou por outras mulheres. Por meio das letras dos raps do Munegrade foi possível notar que as lideranças negras femininas no hip-hop fazem parte da geração pós-ações afirmativas (BARBOSA, 2013, p. 273).

Nessa percepção, as letras de RAP dos grupos e das rappers feministas se tornam ferramentas potentes para a difusão do tema violência contra as mulheres, problematizando e contextualizando realidades de agressão e da importância de seu enfrentamento, algo extremamente diferente das letras dos rappers masculinos que, no geral, abordam a violência policial e urbana. (FREIRE, 2018). Nessa mesma perspectiva, Matsunaga (2006), chama a atenção de que as letras de RAP produzidas por mulheres expressam suas condições sociais, além de se tornarem uma resposta a invisibilidade e à violência sofrida.

As letras produzidas pelas mulheres revelam algumas dimensões da condição social na qual vivem, trazendo para um domínio público suas vivências particulares, e talvez possibilitem a outras mulheres enxergarem a

sua própria existência. Esta publicização pode operar como um questionamento da própria construção social de ser mulher. Em letras produzidas por mulheres sua condição social é questionada, por exemplo, como a fala da rapper Kamilla na letra Fé em Deus, do CD Declaração de Guerra (rapper MV Bill): Não vou deixar ninguém me amarrar e dar tapa na minha cara, vai ser difícil me calar. (...) talvez o rompimento com a invisibilidade da mulher e da sua fala “pública”, além de ser uma “resposta” à violência física sofrida por muitas mulheres. (MATSUNAGA, 2006, p.155).

Partindo das reflexões dessas autoras, propõe-se nesse capítulo analisar algumas dessas produções, começando pelo elemento RAP, especificamente as letras das mulheres da cidade de Salvador, para evidenciarmos como a temática aparece nessas produções e nas narrativas de cada mulher, iniciando pelo grupo “Munegrade”, composto por Simone Gonçalves (Negramone), Carla Santos (Kaia na Paz), Deyse Ramos e Elísia Santos. A letra a ser analisada é “Levante a cabeça”, vejamos um dos trechos a seguir.

LEVANTE A CABEÇA

Aí mulher você que é violentada
Ninguém aqui nasceu pra levar porrada
De nenhum homem ou de qualquer mulher
Interfira nessa ideia mais rápido que puder

Conquiste seu direito de cidadã
Não deixa o que você pode fazer hoje para amanhã
Não deixe as lesões corporais te atormentarem
E as ameaças mentais se agravarem

Mesmo que surja de dentro do seu seio familiar
O importante para sua vida é denunciar
Ande, estufe o peito, olhe para frente
Vá a delegacia mulheres, faça diferente [...]. (FREIRE, 2018, p. 156-157)

A primeira questão a ser tratada é o direcionamento da letra, ou melhor da mensagem, para uma ouvinte específica, a mulher violentada: “Ai, mulher você que é violentada”. Essa escolha de um público, ou ouvinte, indica com quem as rappers querem dialogar através dessa produção, ou seja, Munegrade quer discutir violência contra as mulheres diretamente com aquelas que estão em situação de violência, as vítimas. Letra e autoras assumem um diálogo direto, construído artisticamente, uma conversa potencializada através da música, é o RAP feminino numa postura feminista e se posicionando contra essa violência.

Outros pontos fortíssimos nessa produção são o incentivo às vítimas para pôr fim a agressão e denunciar a violência: “Não deixe as lesões corporais te

atormentarem [...] Vá a delegacia mulheres, faça diferente”. Uma vez estabelecido o diálogo, as autoras investem no incentivo à denúncia, independente de quem seja o agressor, “Mesmo que surja de dentro do seu seio familiar”.

Outro trecho desta mesma letra nos chamam a atenção para outros aspectos do diálogo/comunicação entre o RAP de Munegrade com as vítimas de violência contra as mulheres. O primeiro ponto do trecho em questão é sobre as condições financeiras das vítimas e como elas se tornam mecanismos de silenciamento por gerarem dependência perante o agressor. O outro ponto se refere aos tipos de violência ou de e suas consequências.

São vários os motivos que fazem vocês se calar
Dependência financeira, medo, vergonha não dá
Pra se escorar no homem e numa casa
Criem sua independência criem suas asas

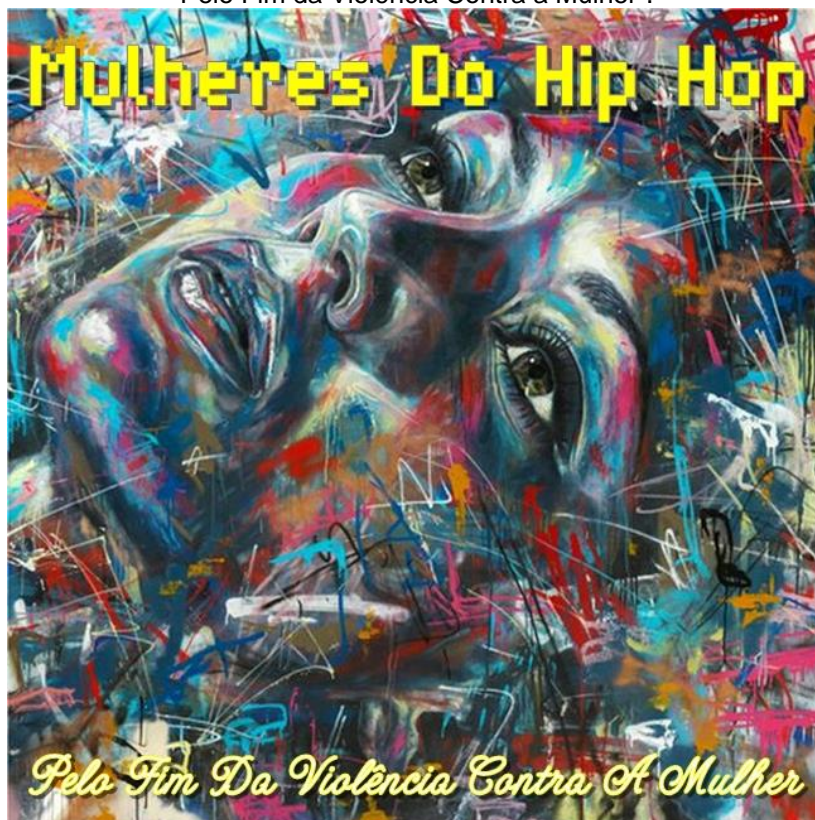
Que existem tipos e formas violência
Pessoal, interpessoais, coletiva que tem causas e consequências
[...]
Com as desigualdades salarial
Dos assédios sexuais, olhares verbais

O RAP do Munegrade assume um papel, ou uma posição, importante no enfrentamento à violência contra as mulheres, principalmente por se tratar de mulheres e por sua linguagem artística. Embora a linguagem seja de um gênero musical com público próprio (adeptas ao RAP), sua mensagem pode alcançar mulheres como um todo, se bem articulado e conduzido para/em/com ações amplas de enfrentamento.

Penso ser plausível trazer como exemplo de ações amplas a participação de uma das integrantes do Munegrade (Negramone) em uma coletânea de CD de RAP, intitulado "Mulheres do Hip Hop Pelo Fim da Violência Contra a Mulher"¹³, lançado em 26 de março de 2007, como uma das atividades do projeto/evento cultural “Hip Hop Pela Não Violência Contra as Mulheres”, uma iniciativa da ONG CEMINA – Comunicação, Educação e Informação em Gênero, através do seu “Núcleo da Juventude”, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). O projeto teve participação de várias rappers residentes em muitos estados do Brasil.

¹³ Conferir o álbum completo do CD, disponível para download em:
<https://www.comunidaderapdownload.com.br/2013/07/mulheres-do-hip-hop-pelo-fim-da.html>

Figura 15. Capa do CD “Mulheres do Hip Hop
Pelo Fim da Violência Contra a Mulher”.



Fonte: Comunidade RAP Download

Esse diálogo e estratégia de denúncia e enfrentamento da violência contra as mulheres não é algo isolado, as mulheres do Munegrade não operam sozinhas, outras mulheres também instrumentalizam suas habilidades em escrita e rimas ritmizadas para “mandar” uma ideia para outras “irmãs”, mulheres como elas. Amanda Rosa também vem com força, garra e determinação, a fim de dialogar com outras mulheres, alertando para essa realidade, deixando claro que não vai se calar diante da violência, do patriarcado e do machismo.

Como vimos no capítulo anterior, Amanda tem um discurso potente nas suas rimas, e traz uma reflexão de quem tem um posicionamento feminista firme, e que tem bastante coisa para falar, aliás, a temática é viva nas escritas da poeta e rapper. Por isso, acredito ser pertinente retomá-la nessa discussão, analisando outra escrita sua, dessa vez a letra de RAP “Filha Revolta”, que nos apresenta uma narrativa potente sobre a violência contra as mulheres, em seu nível mais perverso e complexo, por isso recomenda-se assistir ao seu clipe completo no seu canal do

Youtube¹⁴, pois aqui apresentarei algumas estrofes da música. Vejamos o primeiro trecho que selecionei.

FILHA REVOLTADA

[...] fui gerada em meio a gritos
dois caras e um pedido
A violência virou feitiço
o patriarcado junto com o racismo
não se pôde evitar

Em um ato de violência
que não posso justificar
mas sei que a sociedade
é quem pôs ele, nesse lugar (Amanda Rosa)

Amanda narra uma história de estupro, e suas palavras nos permitem mergulhar no mar da empatia, imaginando a agonia e o cenário de terror em que uma pessoa, nessa situação de violência, viveu. Em sua primeira estrofe, é possível perceber o cruzamento de duas problemáticas sociais, que nos lembra uma das discussões do capítulo 2, sobre o caráter interseccional da violência contra as mulheres, nesse caso, do patriarcado e do racismo. Isso significa dizer que Amanda se propõe a falar de uma violência contra as mulheres negras, principais vítimas de violência, quando há o recorte de gênero/sexo, como vimos em dados.

A autora do RAP em questão, utiliza o elemento musical da cultura Hip Hop para denunciar a violência em um de seus maiores graus, apontando para o fato de que o desdobramento dela se dá na perspectiva da interseccionalidade, no campo do cruzamento entre questões de gênero e raça.

Em uma outra letra de RAP, a mesma autora nos convida reflexões múltiplas sobre violência, patriarcado, machismo e a negligência do Estado, evocando, mais uma vez a questão gênero e raça em sua narrativa de denúncia, além de criar um canal de diálogo, ou na verdade, “mandar o recado” para os homens, sugerindo seguirem sem violências conosco, ou haverá reação. Como se segue abaixo:

NOIS VAMO METER MÃO

Escorre por minhas pernas agora
o sangue ignorado pelo estado
derrama em meu corpo o sangue
que só hoje é sangue maquiado

¹⁴ Clipe da música no canal de Amanda Rosa no Youtube:
<https://www.youtube.com/watch?v=16uvWR53wSE&t=58s>

Quisera que esses corpos fossem todos de mentira
quisera que as mulheres nunca fossem agredidas
quisera que o mundo fosse um pouco mais tranquilo
e que os homens parassem de olhar pro próprio umbigo

[...]

E ao que faz os homens
usarem o sistema patriarcal
com uma mão eu bato neles
mas sei pra onde gira meu tiro final
1 2 3, 10 20 30
nós somos mulheres negras porra,
e até quando clandestinas?

Estão nos violentando
e ainda vão continuar
o que estamos dizendo é
ou sigam conosco
ou nós vamos sim atropelar

A letra da música por si só já é uma reflexão política, com uma característica poética muito interessante, mas penso ser importante comentar alguns trechos para conectar a narrativa dela com a discussão deste trabalho, apontando para alguns pontos que julgo serem pertinentes. Inicialmente, gostaria de apontar a problematização da violência contra a mulher a partir da negligência do estado, presente no momento em que Amanda Rosa diz “Escorre por minhas pernas agora, o sangue ignorado pelo estado”. A rapper nos apresenta o problema da ausência de ação estatal, ou de efetividade, para conter as violências perpetradas contra as mulheres.

No segundo parágrafo do trecho que trago, Amanda expõe um “querer” de que toda a violência não fosse real, que as violações dos corpos femininos não fossem uma realidade e o mundo não fosse conturbado, além de denunciar a falta de empatia dos homens para as questões que envolvem essa violência. E, por fim, destaco a problematização sobre a violência no cruzamento patriarcalismo, gênero e raça no terceiro parágrafo, reafirmando seu entendimento sobre a complexidade da questão, apontando para uma clandestinidade humano-cidadã em que as mulheres negras são condicionadas.

Para além das letras de RAP, outros elementos da cultura Hip Hop também se destacam, sendo instrumentalizados por mulheres como forma de enfrentamento e denúncia à violência contra as mulheres. No grafite, mulheres buscam construir mensagens positivas sobre a mulher, sobre sua valorização e autoestima, seus direitos humanos e a importância da denúncia. Como exemplo podemos observar os

trabalhos da grafiteira Mônica Reis, que leva aos muros da cidade de Salvador, em arte visual/desenhos, mensagens positivas para as mulheres e incentivo à denúncia, marcando um aspecto particular e articulado de seus grafites.

Figura 16. Grafite Violência Contra a Mulher - Mônica



Fonte: Redes Sociais da Grafiteira

Se Imagem pode falar mais que palavra, então quando as combinamos, podemos ter um texto criativo potente que possibilite diálogos entrelaçados, em que um complementa o outro. É o caso do desenho de Mônica, que trago no paragrafo anterior, uma obra de arte do elemento grafite, com suas cores e significados que comunica duas mensagens explicitas, uma sobre o racismo, a outra sobre a violência contra as mulheres, principalmente sobre o controle dos corpos, a agressão física e o assassinato delas, o feminicídio. A escolha de unificar duas questões numa mesma imagem, preocupada em comunicar sobre esses dois problemas, me remete, mais uma vez, ao feminismo negro e sua teoria da interseccionalidade, que apontando para a relação raça e gênero.

Em outro Grafite Mônica traz uma imagem de uma mulher, que é complementada por um texto que comunica sobre as estatísticas de violência contra as mulheres, além de informar os tipos de violência que são perpetradas, como vemos a baixo.

Figura 17. Grafite Violência Contra a Mulher 2 - Mônica



Fonte: Redes Sociais da Grafiteira

Assim como as letras de RAP, o grafite também é texto, e como texto, sempre tem algo a nos comunicar, a dialogar. Se no RAP a narrativa ritmizada nos desperta o imaginário com palavras e rimas, nos alerta sobre a violência contra as mulheres e a importância da empatia, no grafite as imagens estampadas nos muros, acompanhadas de frases, embelezam a cidade, atraindo os olhares com suas cores, para então informar que a realidade ainda é de controle dos corpos femininos, feminicídios e violência de vários tipos e formas.

Quanto a dança de rua, break ou breaking, penso ser interessante resgatar um relato de Negramone. B-girl e MC ex-integrante do Munegrade, quando ela se refere a sua trajetória. A B-girl diz que um dos motivos para se tornar dançarina de

rua está relacionado ao enfrentamento à cultura do machismo, que sempre estabelece limites para o que a mulher deve ou não fazer, além de construir ideologias que buscam criar os espaços para ambos os sexos, determinando onde deve ser o lugar das mulheres, como coadjuvantes, no anonimato e na cozinha. No ritmo da batida do break, e dos passos e estilos breaking, a B-girl quebra a regra machista e ocupa a roda de dança para dizer que ali também é o seu lugar.

[...] queria fazer as mesmas coisas que os meninos faziam: pular, saltar, correr, me equilibrar em uma só mão apoiando no chão e mostrar a eles que podia plantar bananeira, ficar com a cabeça no chão [...] Ao longo dos anos fui aprendendo, até que o grande dia chegou e tive que encarar o medo de me expor numa roda, que só entravam rapazes. Lembro do primeiro dia que entrei numa roda de Breaking. Aconteceu no Baile Black dentro no I Encontro Baiano de HipHop em Itapetinga em 2003. Eu senti a música e decidi entrar sozinha, sem ninguém me empurrar para dentro da roda. Na hora deu grande friozinho na barriga e medo das reações das pessoas, mas fui. De imediato as expressões faciais dos rapazes que estavam ao redor da roda não foram tão agradáveis, exceto a de pessoas que me conheciam e que ficaram surpresas com minha atitude. Eu apenas queria dançar, dançar e me divertir. (SANTOS, S., 2015, p. 26).

O ato de desafiar o machismo e a si mesma, entrando na roda de breaking, pode sinalizar por si só um enfrentamento a diversas formas e expressões de violência, sobretudo simbólica e cultural, contra as mulheres, principalmente àquelas que buscam nos eliminar dos espaços públicos e privados, e de expressões culturais, com destaque para as que carregam marcadores e demarcadores sociais da desigualdade de gênero.

Figura 18. B-girl Negramone



Fonte: Redes da B-girl

Essas contribuições, através dos elementos da cultura e movimento Hip Hop, abrem caminhos e possibilidades de comunicação e diálogos não só com as vítimas de violência contra as mulheres, mas com a sociedade em geral, já que podem ser vistas por muros espalhadas pela cidade, podem ser ouvidas através das músicas RAP tematizam a questão, ou vivenciadas com a dança de rua, quebrando as regras machistas de controle de nossos corpos, ocupando espaços e lugares sociais que nos foram negados.

No campo das possibilidades, podemos contar com os elementos e expressões do Hip Hop de formas variadas. No caso do Break (ou breaking) pode ir além da quebra dos padrões e regras machistas, já que, como expressão que conta com a linguagem corporal, nossos corpos podem se comunicar, podem “escrever textos” e diálogos através de uma coreografia, manobra e movimento corporal que simbolize a luta e o enfrentamento a violência contra as mulheres.

O RAP, com suas letras e rimas feministas e antirracista, já penetram o imaginário narrando histórias, denúncias e propondo reflexões, se combinado com outras ações de enfrentamento, se torna um elemento parceiro de grande poder de mobilização e reflexão. O grafite feminista e antirracista deve se espalhar mais, que encontre incentivos para se ampliar. No caso do elemento DJ, penso que a seleção de uma “playlist” só de mulheres, em especial com letras de enfrentamento a violência, se conectando aos “scratches” e aos recados da “Disc Jockey”, podem embalar festas, mas alertar e incentivar a denúncia. Nessa perspectiva, temos um movimento potente de mulheres feministas dentro de outro movimento potente que é a cultura Hip Hop e suas agentes sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das discussões levantadas no texto até aqui, podemos considerar que a violência contra as mulheres ainda é percebida como um grave problema social que as atingem em todos os níveis da vida, independentemente de sua cor, etnia/raça, classe social ou idade, porém, processos sócio-históricos e estruturas de poder, que moldaram as relações sociais e controlaram os corpos, ao longo do tempo, ditaram as regras sociais e as divisões de tarefas e direitos, sustentadas tanto por pensamentos patriarcais/machistas, quanto por ideias racistas, que foram também estabelecendo e determinando lugares sociais, privilegiando alguns sujeitos históricos em detrimento de outros, como é o caso da mulher, do negro e conseqüentemente da mulher negra.

Tais fatos históricos, estruturas de poder e pensamentos, influenciaram e atravessaram os séculos, se mantendo presentes nas sociedades atuais, produzindo desigualdades de gênero, de classe e de raça, que prejudicam o pleno desenvolvimento e direitos humanos de mulheres, principalmente das mulheres negras, tendo como uma das manifestações mais complexas a violência contra as mulheres que, como vimos, não é um fenômeno novo, e sim, um reflexo de uma construção histórica e sociocultural, fruto do machismo e do patriarcado, algo que é cultural e está enraizado na sociedade.

Ao longo dos capítulos deste trabalho de conclusão de curso (TCC), percebemos que, em uma sociedade patriarcal, as mulheres passam a ser subordinadas aos homens, ou seja, muitas delas são silenciadas, tratadas como meras reprodutoras, serviçais, ou submissas, e ainda são impedidas de ocupar novos espaços, entrar no mercado de trabalho, estando sujeitas a condição de submissão. Logo, quando essas mulheres buscam adentrar lugares sociais e culturais, ou quando quebram as regras machistas e padrões, são julgadas pela sociedade, além de sofrerem todo tipo de agressão e violência.

Nessa dinâmica sociais, as mulheres, em especial aquelas que integram os movimentos de mulheres feministas, exerceram papéis decisivos, importantes e cruciais, para a denúncia da violência perpetradas contra elas, mais que isso, foram agentes ativas de luta, reivindicação, pressão e proposição de políticas públicas de enfrentamento e combate. Articuladas em movimentos, tomaram as ruas, ocuparam

espaços, participaram de processos políticos decisivos e contribuíram para a construção de instrumentos e dispositivos democráticos.

Entre os movimentos sociais que as mulheres marcam presença, o movimento e cultura Hip Hop é um dos mais notáveis, principalmente pelos seus elementos e expressões artísticas, por suas potencialidades criativas, poder de contextualização e possibilidades variadas de comunicação e informação.

As mulheres do Hip Hop da cidade de Salvador, atuando em diversas frentes de luta e representatividade, demonstram que é possível provocar reflexões e mudanças de dentro para fora do movimento e cultura Hip Hop. Assim, considera-se as atuações dessas agentes e do uso dos elementos artísticos do Hip Hop de forma intencional, articulada e criativa, a fim de comunicar, informar e denunciar as problemáticas que as atingem, instrumentos de enfrentamento e combate às violências contra as mulheres.

Diante de tudo que foi apresentado e discutido, penso ser pertinente, sem nenhum exagero, dizer que essas ações e atuações através das linguagens dos elementos do Hip Hop, podem se somar à ações mais amplas, e à própria rede de enfrentamento a violência contra as mulheres.

Uma questão a deixar explícita nesses momentos finais do trabalho, é que o momento de pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus, atrapalhou bastante o desenvolvimento da pesquisa, e inviabilizou a exploração de alguns aspectos e características importantes e interessante dessa investigação, a exemplo, da possibilidade de articulação entre as atuações de mulheres do movimento e cultura Hip Hop e dos usos de seus elementos, linguagens e expressões, e a atuação de assistentes sociais, ou seja, do Serviço Social, algo que buscarei retomar em pesquisas futuras, no mestrado e/ou doutorado.

REFERÊNCIAS

ACM, Fabio - Hip Hop Pela Não Violência Contra as Mulheres. **Overmundo**. 2007. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/agenda/hip-hop-pela-nao-violencia-contra-as-mulheres-1>>. Acesso em: 16 out 2021.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Valmir Alcântara. **DE REPENTE O RAP NA EDUCAÇÃO DO NEGRO - O Rap do Movimento Hip-Hop Nordestino como Prática Educativa da Juventude Negra**. 2008. 134f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação (CE), João Pessoa, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4870?locale=pt_BR>. Acesso em: 15 nov 2021.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. Terceiro Milênio: **Revista Crítica de Sociologia e Política**. Rio de Janeiro, ano 1, nº 01, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/64>>. Acesso em: 16 abr 2020.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. 2018. v.25. p. 239-264. (**cultura e violência**). **Revista da ESMESC**, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/191>>. Acesso em: 21 out 2020.

BARBOSA, Licia M. de L. **“Eu me alimento, eu me alimento, força e fé das yabás buscando empoderamento!”: expressões de mulheres negras jovens no hip-hop baiano**”. 2013. 303 f. Tese (Doutorado em estudos étnicos e africanos) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23782/1/LMLBarbosa.pdf>>. Acesso em: 25 ago 2019.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BF, Gil. Depois de 11 de agosto de 1973, os guetos do mundo nunca mais foram os mesmos. **Bocada Forte**. 2021. Disponível em: <<https://www.bocadaforte.com.br/destaque-bf/depois-de-11-de-agosto-de-1973-os-quetos-do-mundo-nunca-mais-foram-os-mesmos>>. Acesso em: 18 out 2021.

BORGES, T. Casos de feminicídio diminuem em Salvador, mas aumentam no estado. **Correio 24 horas**. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/casos-de-feminicidio-diminuem-em-salvador-mas-aumentam-no-estado/>>. Acesso em: 07 nov 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1ed. Brasília: CFESS, 2009, v. 1, p. 575-592.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160p.

BRASIL. **Lei N° 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 22 set 2021.

_____. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres**. Brasília, SPM, 2011a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 04 out 2020

_____. Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011b. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 04 out 2020.

CARNEIRO, Sueli. (2003). **Mulheres em movimento**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em: 25 set 2021.

CAVALCANTI, E.C.T; OLIVEIRA R.C. de. Políticas públicas de combate à violência de gênero a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras**, v. 2, n. 2, 192-206, jun/dez. de 2017. ISSN: 2526-3560. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/194/pdf>>. Acesso em: 05 set 2021.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2019**. Brasília: IPEA, n. 19, 2019.

CIDH – Comissão Internacional de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra A Mulher, “Convenção de Belém do Pará”**. Disponível em: <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>>. Acesso em: 25 ago 2019.

DAHLBEG; Linda L; KRUG, Etienne G. **Violência: um problema global de saúde pública**. Ciência e Saúde Coletiva, 11 (Sup): p. 1163-1178, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>>. Acesso em: 07 out 2021. DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Editora Contexto/Editora UNESP. 2004.

ENGEL.C.L. **A violência contra a mulher**. In: FONTOURA, N.; REZENDE, M.; QUERINO, A.C. (org). Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo.

Brasília: Ipea, 2020. 546p. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/201111_livro_beijing_20_book_web.pdf>. Acesso em: 16 abr 2021.

FERREIRA, Ivanir. Pesquisa analisa raízes e consequências socioeconômicas da violência contra a mulher na pandemia. **Jornal da USP**, Ribeirão Preto, 06 de janeiro de 2021. Ciências. Disponível em:<<https://jornal.usp.br/?p=381426>> Acesso em 15 nov 2021.

FERREIRA, Jeff. A Poesia E Força Do Subúrbio Ferroviário De Salvador. **Submundo do Som**. 2021. Disponível em:
<<http://www.submundodosom.com.br/2021/08/udi-santos-poesia-e-forca-do-suburbio.html>>. Acesso em: 16 out 2021.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. **A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental**. Revista fato&versões / n.2 v.1 / p. 3-16 / 2009.

FREIRE, R.S. Hip-hop feminista? **Convenções de gênero e feminismos no movimento Hip-hop soteropolitano [online]**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2018. Bahianas collection, n. 20, 212f. Disponível em:<<http://books.scielo.org/id/kjc63>>. Acesso em: 25 ago 2019.

FREIRE, Rebeca Sobral. **Hip Hop Feminista? convenções de gênero e feminismos no movimento hip-hop soteropolitano**. 2011. 168f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6303>>. Acesso em: 25 ago 2019.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes. 1988.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: BORGES, L., RAMOS, T.R.O., RODRIGUES, C. (Org.) **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016. 504 p.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244p.

LARANJEIRA, Mariana. **Cartilha: Femicídio: O silêncio Não Acabou**. Bahia, 2018. Disponível em:
<<http://www5.tjba.jus.br/portal/wpcontent/uploads/2018/08/Femicidio-O-silencio->

[nao-acabou.pdf](#)>. Acesso em: 04 out 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e história**. Lisboa: Presença, 1980.

LIMA, Karina. Você conhece a pioneira do Hip Hop? Considerada mãe do Hip Hop, Cindy Campbell foi catalisadora da cultura para o mundo. **Brasa Mag**. 2021. Disponível em: <<https://brasamag.com.br/voce-conhece-a-pioneira-do-hip-hop/>>. Acesso em: 18 out 2021.

LIMA, Mariana Semião de. **Rap de batom: família, educação, e gênero no universo rap**. 2005. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1785/1/tese.pdf>>. Acesso em: 03 de set 2021

MAGALHÃES, Maria José. **A arte e violência no olhar: ativismo feminista e desconstrução da violência contra as mulheres**. Revista crítica de ciências sociais. Coimbra. P. 89-109. 2010. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/3735>>. Acesso em: 12 nov 2019.

MATSUNAGA, Priscila S. **Mulheres no hip hop: identidades e representações**. 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252714/1/Matsunaga_PriscilaSaemi_M.pdf>. Acesso em: 25 ago 2019.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K., ASSIS, S. G., and CONSTANTINO, P. **Impactos da Violência na Saúde [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 21-42. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/7yzrw/pdf/njaine-9788575415887.pdf>>. Acesso em: 29 set 2021.

MINAYO, M.C.S. Social violence from a public health perspective. 1994. v.10. suppl.01. p. 07-18. ISSN 1678-4464. **Artigos. (violência e Saúde Pública). Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>>. Acesso em: 29 set 2021.

MIRANDA, Jorge H de A. **A. Bahia com H de Hip-Hop**. 2. ed. Lauro de Freitas, BA: JV Publicações, 2021. 266f. EPUB. Edição do Kindle.

_____, Jorge H de A. **Hip-Hop Transdisciplinar: Pedagogia, Transdisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Causos que Educam**. 1. ed. Lauro de Freitas, BA: JV Publicações, 2021. 173f. EPUB. Edição do Kindle.

MIRANDA, Regiane S. **Pega Visão: o protagonismo dos jovens rimadores em batalhas de MCs em Salvador**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado – Programa

Multidisciplinar de Pós- Graduação em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30953>>. Acesso em: 21 out 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3ª ed. coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MUNEGRALE - Munegrade no Vulva La Vida 2012. **Blog Munegrade**. 2012. Disponível em: <<https://munegrade.wordpress.com/2012/01/21/munegrade-no-vulva-la-vida-2012/>>. Acesso em: 04 out 2021.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. In: Psicol. Soc. v.18, n.1. Porto Alegre. jan/abr. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>>. Acesso em: 23 maio 2020.

NETO, Valfrido Moraes. **A Rede Aiyê Hip Hop e suas interconexões socioculturais**. 2008. 143f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008. Disponível em: <<https://ppgcs.ufba.br/sites/ppgcs.ufba.br/files/valfrido.pdf>>. Acesso em: 29 out 2021.

NETTO, Paulo, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. v. 1. 64p.

PAULO, Paula Paiva. Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa. **G1**, São Paulo, 07 de junho de 2021. Notícias. disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>>. Acesso em 15 nov 2021.

PIMENTEL, Spensy K. **Livro Vermelho do Hip-Hop**. Trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). 1997.

PINTO, Bruna de Tuya. **Trepadeira: a necessidade da desmistificação do rap como voz de um movimento masculino**. Artigo (Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Produção de Eventos) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. 23f. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/?q=pt-br/tcc_celacc/trepadeira-necessidade-da-desmistificacao-rap-voz-movimento-masculino>. Acesso em: 22 out 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência. In CASTILLO-MARTÍN, Márcia e OLIVEIRA, Suely, (org.). **Marcadas a ferro: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p 35-76.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995

SANTOS, Atiely; SUNEGA, Fernanda. **Hip-hop Mulher: experiências de organização**. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; SOUZA, Raquel. **Jovens feministas presentes**. São Paulo/Brasília: Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert/UNIFEM, 2009. p. 86- 90. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/07383.pdf>>. Acesso em: 10 nov 2021.

SANTOS, Cândida Ribeiro. **Movimento social no enfrentamento da violência contra a mulher: a experiência de um grupo de trabalho em Salvador e Região Metropolitana / BA**. REVISTA FEMINISMOS, v. 04, p. 141, 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30211/17841>> Acesso em: 07 nov 2019.

SANTOS, Rosana. A. M. **O estilo que ninguém segura: mano é mano! Boy é boy! Boy é mano? Mano é mano?** 2002. 249f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27134/tde-10102006170247/publico/mestrado_dissertacao.pdf>. Acesso em: 07 out 2019.

SANTOS, Simone Gonçalves. **O Breaking quebrando barreiras: a participação das Bgirls na Dança de rua em Salvador-Bahia-Brasil**. 2015. 140f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Dança. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32491>>. Acesso em: 10 nov 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análises históricas**. Educação & Realidade, v. 5, n. 2, jul./dez. 1990.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As Mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2012. 144 p. Disponível em: <<http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1046>>. Acesso em 15 out 2021.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.